



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RICARDO FELIX SILVA REQUIÃO

Ruralidades em Salvador

O rural como um fenômeno da capital

SALVADOR/BA

2026

RICARDO FELIX SILVA REQUIÃO

Ruralidades em Salvador

O rural como um fenômeno da capital

Trabalho de conclusão de curso do componente GGEO0029 orientado pelo Professor Doutor Alcides dos Santos Caldas como avaliação final do Bacharel em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/ BA

2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

RICARDO FELIX SILVA REQUIÃO

Ruralidades em Salvador O rural como um fenômeno da capital.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia. Salvador, 30 de junho de 2026.


Orientador Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

Documento assinado digitalmente
 **NOELI PERTILE**
Data: 07/07/2026 09:48:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.(a) Dr(a). Noeli Pertile
Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **ANDREIA SILVA DE ALCANTARA**
Data: 07/07/2026 12:51:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.(a) Dr(a). Andréia Silva de Alcântara

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga as ruralidades urbanas em Salvador, entendidas como práticas, saberes e relações sociais associadas ao campo que persistem ou se reconfiguram no espaço urbano. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando revisão bibliográfica crítica, trabalho de campo etnográfico em duas áreas específicas (Projeto Hortas Urbanas da Pituba e antiga propriedade Hortivas no Vale dos Lagos) e entrevistas semiestruturadas com agricultores urbanos. Os resultados indicam que as ruralidades urbanas em Salvador não são resquícios anacrônicos, mas estratégias de resistência à exclusão socioespacial, nas quais o cultivo da terra funciona como resposta à insegurança alimentar, ao desemprego e à ausência de políticas públicas efetivas nas periferias. A análise revela uma contradição fundamental: enquanto o discurso oficial da Prefeitura celebra a agricultura urbana como símbolo de sustentabilidade em bairros centrais, as práticas de subsistência em áreas periféricas permanecem invisibilizadas, precárias e sujeitas à criminalização. Conclui-se que a superação dessa contradição exige a reformulação do Plano Diretor, a regularização fundiária das áreas produtivas e o reconhecimento do direito à terra e à alimentação como componentes essenciais do direito à cidade.

Palavras-chave: Ruralidades urbanas. Agricultura urbana. Salvador. Direito à cidade. Segurança alimentar.

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates urban ruralities in Salvador, understood as practices, knowledge, and social relations associated with the countryside that persist or reconfigure themselves within urban space. The research adopts a qualitative and exploratory approach, articulating a critical bibliographic review, ethnographic fieldwork in two specific areas (the Pituba Urban Gardens Project and the former Hortivas property in Vale dos Lagos), and semi-structured interviews with urban farmers. The results indicate that urban ruralities in Salvador are not anachronistic remnants but rather strategies of resistance to socio-spatial exclusion, in which land cultivation functions as a response to food insecurity, unemployment, and the absence of effective public policies in the peripheries. The analysis reveals a fundamental contradiction: while the official discourse of the City Hall celebrates urban agriculture as a symbol of sustainability in central neighborhoods, subsistence practices in peripheral areas remain invisible, precarious, and subject to criminalization. It is concluded that overcoming this contradiction requires reformulating the Master Plan, regularizing land tenure in productive areas, and recognizing the right to land and food as essential components of the right to the city.

Keywords: Urban ruralities. Urban agriculture. Salvador. Right to the city. Food security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propriedade De R na Estrada da Muriçoca destacada de vermelho e a propriedade da CEASA destacada de amarelo.....	29
Figura 2 - Propriedade Estrada da Muriçoca – HORTIVAS. Entrada de frente à pista.	29
Figura 3 - Propriedade Estrada da Muriçoca - HORTIVAS Alpinias (<i>Alpinia purpurata</i>), também conhecidas como gengibre-vermelho.....	30
Figura 4 - Belladonna (<i>Atropa belladonna</i>), uma planta perene conhecida por suas propriedades medicinais.....	30
Figura 5 - Compostagem com diferentes resíduos, coco, cacau e manga na imagem.	31
Figura 6 - Separação de resíduo para compostagem abaixo de uma mangueira.....	31
Figura 7 - Cigarra presa à mangueira	32
Figura 8 - Camada de folhagem superficial que cobre o solo.....	33
Figura 9 - Morcegos descansando em uma mangueira.....	33
Figura 10 - Pequena horta caseira com diversas plantas em recipientes reutilizados. É possível identificar plantas de manjeriço.....	34
Figura 11 - Laranjeira com frutos se formando.....	34
Figura 12 - Imagem de Roseira.....	35
Figura 13 - Plantação de Coentro, Alface e outras hortaliças.....	35
Figura 14 - Pés de Café	36
Figura 15 - Plantas de Pimenta	36
Figura 16 - Área aproximada destacada em vermelho em relação à Avenida Paulo VI.....	43
Figura 17 - Entrada do Projeto Hortas Urbanas em relação à Av. Paulo VI.....	43
Figura 18 - Lateral da propriedade, fronteira com o muro da quadra do Colégio Sartre Pituba	44
Figura 19 - Plantação de Melancia dentro da propriedade	44
Figura 20 - Plantações frutíferas diversas no setor Norte da propriedade.....	45
Figura 21 - Pátio de Compostagem temporariamente desativado	45
Figura 22 - Corredor de hortas da propriedade com diversas plantações	46
Figura 23 - Entrada da propriedade	46
Figura 24 - Área em organização das mudas e plantas envasadas novos	46
Figura 25 - Biodigestor Portátil.....	47
Figura 26 - Casas de cupim e de abelhas polinizadoras	47
Figura 27 - Área afetada por fortes chuvas que derrubaram a Aroeira.....	47
Figura 28 - Parte lateral das hortas diversificadas.....	48
Figura 29 – Tabela Comparativa.....	51
Figura 30 - Bairro Vale dos Lagos em Salvador.....	52
Figura 31 - Bairro Pituba em Salvador	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. SALVADOR E A RURALIDADE	16
2.1 ENTRE O CAMPO E A CIDADE: RURALIDADES COMO CRÍTICA ESPACIAL EM SALVADOR	17
2.2 DO DESESPERO À RESISTÊNCIA: SUBJETIVIDADES E PRÁTICAS NO COTIDIANO DAS RURALIDADES URBANAS	19
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, DISCURSO VERDE E A COOPTAÇÃO DA RESISTÊNCIA NAS RURALIDADES URBANAS DE SALVADOR	20
3. ÁREA ESTUDADAS.....	28
3.1 PROPRIEDADE ANTIGA HORTIVAS.....	28
3.2 PROJETO HORTAS URBANAS PITUBA	42
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE E A JURISDIÇÃO	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6. ANEXOS	66
7. REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

As ruralidades urbanas, fenômeno em que práticas, paisagens e relações sociais associadas ao rural persistem ou ressurgem no espaço urbano não são um simples anacronismo, mas uma expressão contraditória da produção capitalista do espaço. Esse conceito, não cunhado, porém desenvolvido por Henri Lefebvre em *A Revolução Urbana* (1970, p 17), explica como o capitalismo não elimina o rural, mas o subordina e reinventa conforme suas necessidades de acumulação. A cidade, longe de ser um polo oposto ao campo, incorpora-o de forma desigual, gerando zonas híbridas onde a exploração de classe se manifesta de maneira diferenciada.

O termo "ruralidade" não se limita apenas à presença física do campo, mas também envolve o conjunto de práticas culturais, valores e modos de produção que caracterizam a vida em comunidades rurais, mesmo em espaços considerados urbanos. Desta maneira, esta pesquisa tem um objetivo geral e quatro desdobramentos. O objetivo geral é investigar as ruralidades urbanas em Salvador, entendendo-as como práticas, saberes e relações sociais do campo que persistem ou se reinventam na cidade, revelando suas contradições e sua função como resistência à exclusão socioespacial.

Para isso, a pesquisa parte de quatro movimentos. Primeiro, mapeia e descreve duas experiências contrastantes: o Projeto Hortas Urbanas da Pituba e a antiga propriedade Hortivas no Vale dos Lagos, evidenciando suas diferenças, inserções urbanas e graus de visibilidade ou invisibilidade. Em seguida, analisa a seletividade das políticas públicas, examinando como o apoio institucional é efêmero e performático, celebrando a agricultura em alguns lugares e abandonando-a em outros, conforme o perfil socioeconômico do bairro. A pesquisa também escuta os agricultores, buscando compreender suas motivações, desafios e estratégias, resgatando suas vozes para entender as dimensões identitárias, culturais e políticas do cultivo na cidade. Por fim, com base nos achados e na teoria, propõe caminhos para reconhecer a agricultura urbana de subsistência como parte do direito à cidade e à alimentação, dialogando com marcos legais como o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, e apontando a urgência de reformular o Plano Diretor e regularizar as áreas produtivas nas periferias.

A presença de práticas rurais em Salvador, uma cidade com fortes desigualdades urbanas, não é um acaso. Elas surgem como uma reação à falta de políticas públicas que

atendam às necessidades básicas das comunidades mais pobres. Este estudo não quer apenas mostrar onde essas práticas existem, mas questionar por quê elas são necessárias: em muitos casos, são formas de sobrevivência em bairros esquecidos pelo poder público, onde famílias usam a terra para plantar alimentos, mesmo em áreas de risco ou sem infraestrutura.

Ao focar em locais como as hortas comunitárias da Pituba, e plantações abaixo das torres da COELBA no Vale dos Lagos, a pesquisa revela um paradoxo. Enquanto o governo fala em “sustentabilidade”, muitas dessas áreas são abandonadas: quem cultiva enfrenta insegurança sobre o direito à terra, falta de água e apoio técnico. As "soluções verdes" propostas por órgãos como a SECIS, muitas vezes, não chegam de fato a essas comunidades, que continuam dependendo de seus próprios esforços para sobreviver.

Essas ruralidades não são apenas "tradições" ou "culturas do passado". Elas são, na verdade, uma crítica viva ao modelo de cidade que privilegia o lucro de alguns em detrimento da maioria. Por exemplo, famílias que migraram do interior para Salvador, expulsas pela falta de oportunidades no campo e pela pressão do agronegócio, acabam recriando roças em favelas não por escolha, mas porque a cidade não lhes oferece alternativas dignas. Isso expõe um ciclo de exclusão: o mesmo sistema que as empurrou para a periferia urbana as obriga a reinventar modos de vida rurais para comer.

Este trabalho também questiona o papel do Estado: será que projetos de "agricultura urbana" são uma forma de apoiar essas comunidades ou apenas uma maneira de maquiar a pobreza? Em muitos casos, as políticas públicas parecem mais interessadas em usar essas iniciativas para discursos bonitos do que em resolver problemas reais, como a posse da terra ou a falta de saneamento.

Como alguém que cresceu em uma periferia de Salvador, o autor viu de perto como essas práticas rurais são uma mistura de resistência e desespero. Plantar um pé de feijão em um terreno baldio ou em seu próprio quintal não é só "sustentabilidade" é uma forma de protesto silencioso contra uma cidade que nega direitos básicos. Por isso, este estudo não é neutro: quer denunciar que a existência dessas ruralidades é um sintoma de falhas graves no planejamento urbano e na justiça social. Se Salvador quer ser uma cidade verdadeiramente inclusiva, precisa ouvir essas comunidades, não apenas como "casos de estudo", mas como protagonistas de mudanças urgentes.

O trabalho adotará uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando diferentes

estratégias metodológicas para compreender as ruralidades urbanas em Salvador. Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica crítica, com o objetivo de mapear e discutir conceitos-chave como "ruralidades" e "agricultura urbana", além de análises sobre a relação histórica entre campo e cidade. Essa etapa permitirá situar o estudo no debate acadêmico contemporâneo, identificando lacunas e tensionamentos teóricos que orientarão a investigação empírica.

Em seguida, a pesquisa de campo ficará em duas áreas específicas: o Projeto Hortas Urbanas (Pituba) e plantações próximas às torres da COELBA conhecida como antiga Hortivas. As visitas às propriedades terão caráter etnográfico, com registros detalhados de dimensões como localização, tamanho, tipo de produção, infraestrutura disponível e interação com o entorno urbano. Além de observação direta, serão documentadas práticas cotidianas, usos do espaço e conflitos territoriais, utilizando diários de campo e registros fotográficos para capturar a materialidade dessas ruralidades.

Complementarmente, entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com agricultores urbanos, e/ou lideranças comunitárias. As questões abordarão motivações para a manutenção das práticas rurais, desafios enfrentados (como acesso à terra, água e políticas de apoio) e percepções sobre o papel dessas iniciativas na cidade. As gravações serão transcritas e analisadas, cruzando vozes dos entrevistados com os referenciais teóricos prévios.

Na análise dos dados, as informações coletadas serão interpretadas à luz dos paradigmas identificados na revisão bibliográfica, buscando-se responder: Como essas práticas dialogam com a noção de "sustentabilidade" em contextos de desigualdade? De que modo elas contestam ou reproduzem dinâmicas de exclusão urbana? A triangulação entre teoria, observação e narrativas dos sujeitos permitirá identificar padrões, contradições e singularidades, evitando generalizações simplistas.

Por fim, na elaboração do trabalho, as conclusões serão organizadas em diálogo com os objetivos iniciais, destacando-se como as ruralidades investigadas desafiam ou reforçam a dicotomia campo-cidade em Salvador. A redação final incorpora reflexões sobre limites da pesquisa, contribuições para o debate socioambiental e recomendações para políticas públicas, sempre mantendo o foco na complexidade das realidades estudadas onde a agricultura urbana não é apenas técnica, mas expressão de resistência e sobrevivência em uma metrópole marcada por contradições.

As ruralidades urbanas, fenômeno em que práticas, paisagens e relações sociais associadas ao rural persistem ou ressurgem no espaço urbano não são um simples anacronismo, mas uma expressão contraditória da produção capitalista do espaço. Esse conceito, não cunhado, porém desenvolvido por Henri Lefebvre em *A Revolução Urbana* (1970, p 17), explica como o capitalismo não elimina o rural, mas o subordina e reinventa conforme suas necessidades de acumulação. A cidade, longe de ser um polo oposto ao campo, incorpora-o de forma desigual, gerando zonas híbridas onde a exploração de classe se manifesta de maneira diferenciada.

A agricultura urbana, por exemplo, frequentemente celebrada como uma prática ecológica ou comunitária, na realidade na maioria das vezes funciona como estratégia de sobrevivência para trabalhadores precarizados, uma consequência direta da incapacidade do salário urbano (ou da sua inexistência) garantir a reprodução social. Essa dinâmica remete ao conceito de exército industrial de reserva (Marx, 1867, p.672), no qual o capital mantém parcelas da população em condições de vulnerabilidade para pressionar os salários. Quando esses trabalhadores cultivam alimentos em terrenos baldios ou periferias, não estão "voltando ao campo", mas recriando meios de subsistência sob a pressão da acumulação capitalista.

Outro aspecto crucial é a gentrificação verde, processo no qual elementos rurais (como parques, hortas urbanas ou arquitetura "campestre") são apropriados pelo mercado imobiliário para valorizar áreas antes degradadas, expulsando populações pobres. David Harvey (*Os Limites do Capital* p.515), demonstra como o capital manipula o espaço para gerar renda diferencial – lucros extraídos da localização privilegiada. Assim, o "rural estetizado" vira mercadoria para elites, enquanto as verdadeiras práticas rurais de subsistência são marginalizadas.

A presença de camponeses urbanos, migrantes expulsos do campo pelo agronegócio que recriam cultivos e criações animais em favelas ou zonas periféricas, também revela a continuidade da expropriação capitalista. Milton Santos, em *A Urbanização Brasileira* (1993, p.65), mostra como a urbanização periférica repete a lógica da acumulação por espoliação (conceito de Harvey, *O Novo Imperialismo*, 2003, p.121), na qual populações são despojadas de seus meios de vida e obrigadas a se reinventar nas franjas da cidade.

Por fim, a ilusão de uma síntese harmoniosa entre rural e urbano, propagada por

discursos neoliberais e ambientais, esconde que essa relação é mediada pela mais-valia. Quando o agronegócio promove "hortas urbanas corporativas" ou o Estado estimula a agricultura periurbana como política assistencialista, está-se cooptando a resistência e transformando-a em nicho de mercado. A verdadeira superação dessa contradição exige, como lembra Lefebvre, não uma reconciliação técnica, mas a reapropriação coletiva do espaço – uma luta que une o direito à cidade ao direito à terra.

Com base nos trabalhos de Maia (1994 e 2023), Souza, Bittencourt e Brandão (2006), é possível entender a relação entre ruralidade e urbanidade, bem como a importância da preservação e promoção da agricultura urbana e comunitária envolvendo boas práticas para a cidade.

Maia, em "O campo na cidade: necessidade e desejo: um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB", destaca a importância de entender a ruralidade não apenas como uma prática econômica, mas como um conjunto de práticas sociais, culturais e econômicas das populações rurais, que também se manifestam em contextos urbanos na paisagem, utilizando Oliven, para abrir essa discussão:

[...] sabe-se que o capitalismo impõe um modo de vida pautado na mercadoria, e o que se poderia denominar de vida urbana, aliada à existência de uma agricultura urbana, ultrapassa a cidade. Consequentemente, prevalecem os trabalhos urbanos dos chamados setores secundário e terciário da economia, e em contrapartida, o setor primário passa a não se diferenciar dos demais, principalmente no que diz respeito às relações de produção, além do que, haverá um predomínio das atitudes individualistas e competitivas e o afrouxamento dos laços familiares (Oliven, 1992, p.32 apud Maia 1994 p.140)

Maia começa investigando como práticas, valores e tradições do campo são trazidos para as cidades. Ela fala sobre a migração das populações rurais para os centros urbanos e como essas pessoas carregam consigo suas práticas agrícolas, costumes e estilos de vida. Ao fazer isso, elas ajudam a criar espaços híbridos onde o rural e o urbano coexistem de forma única.

[...] As ciências sociais, principalmente a sociologia e a antropologia, vêm discutindo com profundidade as consequências da migração, e em particular a integração do migrante rural à vida urbana. Nestes estudos, são abordados o ajustamento dos migrantes à cidade, a partir da "transformação do trabalhador rural em trabalhador urbano" (Durham, 1984 *apud* Maia, 1994), no momento que passam a aceitar um novo estilo de vida (Maia 1994, p.140).

Além disso, Maia aborda a crescente demanda por esses produtos rurais nas cidades, o que revela um desejo profundo dos moradores urbanos de manter uma ligação com o campo. Essa demanda não é apenas uma questão de necessidade econômica, mas também de um anseio cultural e identitário.

[...] (Esta vontade de manter os hábitos do campo expressa-se também ao dizer que, desde que aqui chegaram, procuraram de imediato uma área em que pudessem continuar praticando as mesmas atividades que antes eram realizadas no interior, que esta é a vida que gostam de ter. Ou quando afirmam que “este negócio de viver dentro de um banco ou de um escritório com horário pra tudo, fazendo sempre a mesma coisa e com muito patrão não dá pra mim não, moça. [...] (Maia, 1994 p.145)

Doralice cita Marx (1984) no começo de sua busca por essa compreensão do desejo do trabalho:

[...] Ao falar sobre a alienação do trabalho, Marx afirma: (...) o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser; de modo que em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve livre energia física e espiritual, antes mortifica seu corpo e arruína seu espírito (...) Seu trabalho não é, assim, voluntário, mas forçado, trabalho forçado (Marx, 1984:108-109).[...] (Maia 1994, p. 145. Tradução nossa).

Esses produtos advindos dessas ruralidades não são apenas itens de consumo; eles representam um desejo urbano de se conectar com o campo, de buscar algo mais autêntico e natural em meio ao ritmo acelerado da vida urbana, e da parte dos produtores, tanto do desejo de se manter com a produção daquilo que cresceram e aprenderam de seus pais de um modo de produção quanto de um mecanismo econômico de resistência ao capitalismo e busca por maior independência econômica de empregos urbanos, evitando também o grave problema de desemprego dentro das cidades, onde muitos não tiveram acesso a eles por diversos motivos diferentes.

Um aspecto interessante que Maia analisa é o movimento de volta ao campo. Ela explica como algumas pessoas que vivem nas cidades decidem retornar ao campo em busca de um estilo de vida mais simples e conectado à natureza. Esse fenômeno é uma resposta às pressões e ao ritmo acelerado da vida urbana, evidenciando um desejo crescente por qualidade de vida.

[...] Já em outros depoimentos, ao mesmo tempo em que revelam o prazer no

tratar os animais, expõem com clareza o desejo de um retorno à sua origem, à vida no campo. Mas esse desejo é impossibilitado de realizar-se pelas condições sobrevivência: (...). A pente já teve gado dos outros. É fogo mulher... Também desde pequeno que ele cria bicho gado. Ave Maria! Ele adora, menina, olha: Está cansado de dizer a Diovane. Diovane, vá pagar água e luz que fico tomando conta do gado. Ele não vive falando de vender esta casa, mulher, pra ir embora pro interior...! O interior não tá dando não, mulher! Aqui a gente já tamos passando aperreio, e no interior, mulher! Sem Aquele mandar chuva? Menina! O pai dele mora lá no Cariri, só Deus sabe! O gado lá só é o couro e o osso! (Esposa de pequeno proprietário - Vacaria - Favela Vila Japonesa). (Maia 1994, p. 156)

O trabalho de Doralice Sátyro Maia oferece uma análise rica e detalhada das interseções entre o rural e o urbano. Ela mostra como esses dois mundos se entrelaçam e se influenciam no contexto contemporâneo, revelando uma complexidade e uma profundidade que muitas vezes passam despercebidas. Maia nos convida a olhar para além das divisões tradicionais entre cidade e campo, e a reconhecer as ricas trocas culturais e econômicas que ocorrem quando esses dois mundos se encontram, bem como as relações de conflito e da dinâmica do modo de produção capitalista que permeiam essas existências e resistências em áreas rurais da Cidade de João Pessoa - PB.

Chegando em Salvador, a análise da geografia urbana de Salvador por Bittencourt e Brandão, em "Geografia de Salvador" (2006), destaca a profunda relação entre elementos rurais e urbanos na cidade. Desde sua fundação em 1549, a capital sempre foi um elo crucial entre o campo e o comércio marítimo, funcionando como um importante centro econômico para o escoamento de produtos agrícolas, como açúcar e tabaco.

Nos primeiros séculos, Salvador se desenvolveu com uma divisão clara entre a Cidade Alta, que abrigava a elite e as atividades administrativas, e a Cidade Baixa, que concentrava o comércio e os trabalhadores, muitos dos quais trouxeram consigo suas práticas rurais. Essa divisão não era apenas geográfica, mas também social e cultural.

Ao longo do tempo, especialmente durante o século XX anos (anos 50-60), Salvador viu um aumento significativo na migração de pessoas de áreas rurais para a cidade, em busca de melhores oportunidades de vida, pressionados pela especulação da terra, desemprego e avanço do agronegócio. Esses migrantes trouxeram suas tradições, modos de vida e práticas agrícolas, que se integraram à vida urbana. Isso é visível, por exemplo, nas hortas comunitárias e mercados que vendem produtos, onde muitos ainda praticam técnicas agrícolas.

As comunidades de Salvador frequentemente se organizam em torno de valores comunitários tradicionais, como ajuda mútua e solidariedade, características que têm raízes

em modos de vida rurais, principalmente de populações advindas do interior do estado. Isso é especialmente evidente nas favelas e bairros periféricos, onde práticas comunitárias ajudam a enfrentar desafios urbanos complexos como insegurança alimentar e problemas familiares diversos.

2. SALVADOR E A RURALIDADE

Este capítulo examina a noção de ruralidade e o desenvolvimento da produção rural no contexto de Salvador, uma cidade que, embora majoritariamente urbana, possui áreas que preservam práticas e modos de vida rurais. Em Salvador, a presença de áreas rurais e de atividades agrícolas evidencia uma diversidade que muitas vezes é ofuscada pelo perfil metropolitano da cidade, mas que desempenha um papel relevante no sustento da população e na preservação de saberes tradicionais.

As “zonas rurais” de Salvador, se distribuem em bairros de baixa renda como Pau da Lima, Jardim Cajazeiras e Subúrbio Ferroviário de Periperi, abrigam produtores locais, pequenos agricultores familiares que ainda dependem diretamente da agricultura para subsistência. Essas áreas são caracterizadas por práticas de agricultura familiar e hortas urbanas. A produção rural nesses espaços muitas vezes abastece mercados locais e feiras, contribuindo para a economia local e oferecendo alimentos frescos a preços acessíveis, o que é crucial em um cenário de urbanização acelerada e de vulnerabilidade econômica.

É preciso também falar sobre os desafios enfrentados pelos produtores rurais na capital baiana, incluindo o acesso limitado a recursos, políticas públicas e infraestrutura adequada, que muitas vezes restringem o potencial de expansão da produção, bem como ameaçando sua existência unido a pressões urbanísticas, a especulação imobiliária e o avanço das áreas construídas que representam ameaças constantes às áreas de produção rural e às práticas culturais associadas. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas de apoio que promovam a produção rural, a proteção das áreas agrícolas e o incentivo a práticas que respeitem o meio ambiente.

A ruralidade em Salvador não se restringe ao papel econômico, pois também contribui auxiliando na manutenção de áreas verdes e na promoção de práticas agrícolas que respeitam o ciclo natural da terra, o conhecimento delas visa possibilitar uma compreensão mais ampla sobre como essas áreas contribuem para a resiliência da cidade frente aos desafios urbanos e sociais de uma maneira geral, mantendo essas pessoas com o que vem da terra, buscando evidenciar como as ruralidades coexistem e interagem com a cidade.

2.1 ENTRE O CAMPO E A CIDADE: RURALIDADES COMO CRÍTICA ESPACIAL EM SALVADOR

A dicotomia entre campo e cidade, historicamente cristalizada nas ciências sociais e na política urbana, esconde mais do que revela. Em Salvador, metrópole marcada por desigualdades profundas e por um processo de urbanização periférica acelerado, essa divisão se mostra não apenas obsoleta, mas enganosa. O que se observa, na verdade, é a emergência de zonas híbridas, nas quais práticas, saberes, relações sociais e paisagens rurais persistem, se reconfiguram e resistem dentro do tecido urbano. São as ruralidades urbanas, não como resquício de um passado romântico, mas como resposta viva à exclusão socio espacial.

[...] O bairro começou a formar-se em meados da década de 1950, com uma população inicialmente composta por trabalhadores autônomos (...). Sua distância geográfica do centro comercial o estimula a buscar alternativas para sua própria vida, influenciando o perfil profissional do bairro, cada vez mais diversificado, para atender às demandas locais. Fernandes (2004) ressalta que “até finais de 1940 o Miolo era praticamente rural”, o que muda a partir da década de 1950, tendo se iniciado os processos de expansão horizontal e a segregação urbana na cidade de Salvador, atingindo principalmente a área do “Miolo”, sendo esse o espaço de “maior expressão do processo de periferização sócio-espacial da cidade” (SANTANA, ROCHA, BARROSO 2024, apud FERNANDES 2004).

Essas ruralidades não são uniformes. Ao contrário, manifestam-se de formas distintas conforme o contexto territorial, a história migratória dos sujeitos e o grau de intervenção ou abandono do Estado. Em áreas como Pau da Lima, por exemplo, as plantações em encostas e quintais são fruto direto da migração forçada de famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio e pela concentração fundiária no interior da Bahia. Para Santos (1978), a modernização conservadora do campo e a concentração fundiária operam como mecanismos de expulsão das populações rurais, que se dirigem então para as grandes cidades em busca de sobrevivência, ali constituindo o que o autor denomina como o circuito inferior da economia urbana.

Já na horta comunitária da Pituba, há uma articulação mais institucional, mediada por políticas públicas da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS),

que, embora bem-intencionadas, muitas vezes operam sob uma lógica de gestão técnica da pobreza, sem questionar as causas estruturais da insegurança alimentar.

A geografia dessas práticas revela um paradoxo. Enquanto o discurso oficial celebra a sustentabilidade e a cidade verde, os agricultores urbanos enfrentam insegurança fundiária, falta de acesso à água, risco de remoção e criminalização. A terra que cultivam, e no caso dessa pesquisa, terrenos baldios, ou áreas sob linhas de transmissão da COELBA, são constantemente ameaçadas pela especulação imobiliária ou por intervenções urbanísticas que ignoram a função social do solo. Nesse contexto, plantar não é um hobby ecológico, mas um ato de sobrevivência e afirmação territorial.

Henri Lefebvre (1970) já alertava que o urbano não é o oposto do rural, mas sim o espaço total da reprodução social sob o capitalismo, um espaço que incorpora, transforma e subordina todas as suas partes. Em Salvador, essa incorporação é desigual. O rural é aceito apenas quando domesticado, quando se encaixa no imaginário da agricultura urbana sustentável promovida por ONGs e prefeituras. Já as roças de subsistência nas periferias, feitas por homens e mulheres negros, muitas vezes analfabetos e sem vínculo formal de trabalho, são vistas como desordem, como obstáculo ao progresso.

É nesse sentido que as ruralidades urbanas funcionam como crítica espacial. Elas expõem a falácia da cidade inclusiva, denunciam a ausência do Estado nas periferias e evidenciam que, para muitos, sobreviver em Salvador é resistir com as mãos na terra. Essa resistência não é apenas material, mas simbólica. Ela questiona a narrativa hegemônica de desenvolvimento urbano que naturaliza a exclusão e a desigualdade como inevitáveis. Ao cultivar a terra nas frestas da cidade, os sujeitos populares reafirmam seu direito à cidade e à reprodução digna da vida, desafiando a lógica que transforma o espaço urbano em mercadoria.

Compreender as ruralidades urbanas em Salvador exige ultrapassar a visão funcionalista que as reduz a estratégias de sobrevivência ou a políticas assistenciais. É necessário enxergá-las como expressões políticas que revelam as contradições de um modelo urbano que, ao privilegiar o lucro e a especulação, nega direitos fundamentais a grande parte de sua população. Somente assim poderemos avançar em direção a uma análise geográfica comprometida não apenas com a descrição do espaço, mas com sua transformação radical.

2.2 DO DESESPERO À RESISTÊNCIA: SUBJETIVIDADES E PRÁTICAS NO COTIDIANO DAS RURALIDADES URBANAS

As práticas rurais que emergem no interior da malha urbana de Salvador não podem ser compreendidas apenas como estratégias de produção agrícola. Elas são, antes de tudo, formas de existência, estratégias de reprodução social e experiências de subjetivação coletiva que se desenvolvem em resposta às condições estruturais de exclusão urbana. Longe de representarem um retorno nostálgico ao campo, essas práticas revelam a complexa maneira como sujeitos populares, muitos deles migrantes expulsos do interior do estado, recriam modos de vida, redes de solidariedade e relações com a terra dentro dos limites impostos pela cidade desigual.

A migração rural-urbana em Salvador, intensificada a partir da segunda metade do século XX, foi profundamente marcada por processos de despossessão no campo. Esses processos foram impulsionados pela concentração fundiária, pela mecanização da agricultura e pelo avanço do agronegócio, especialmente na região do Recôncavo Baiano e no semiárido nordestino. Como demonstra Santos (1993), essa migração não resultou em uma simples assimilação ao modo de vida urbano, mas em uma configuração híbrida de práticas, valores e relações sociais. Os recém-chegados às periferias da capital baiana não abandonaram seus saberes agrícolas. Ao contrário, adaptaram-nos às novas condições de vida nas favelas e loteamentos irregulares, muitas vezes sem acesso à água, esgoto, eletricidade ou emprego formal.

Nesse contexto, a terra, mesmo que fragmentada, íngreme ou ocupada precariamente, torna-se um espaço de autonomia relativa. Cultivar um quintal, uma encosta ou um terreno baldio significa mais do que produzir alimentos. É resistir à precarização extrema da vida urbana. É exercer um controle mínimo sobre os meios de subsistência em um ambiente marcado pela insegurança.

A construção de cercas, o mutirão para construção de casas e lajes, o compartilhamento de alimentos colhidos, empréstimo de ferramentas e o cuidado coletivo com áreas de cultivo comum são expressões de uma ética da solidariedade que contrasta com a lógica individualista e competitiva da cidade neoliberal. Esses laços não são resquícios de um comunismo camponês idealizado, mas respostas concretas à vulnerabilidade urbana, articuladas com saberes práticos e afetos territoriais.

Além disso, a manutenção de práticas rurais em contextos urbanos também tem uma

dimensão cultural e identitária. Como aponta Maia (1994), muitos migrantes não apenas trazem técnicas agrícolas, mas também valores associados ao trabalho com a terra, como paciência, respeito aos ciclos naturais e relação direta com o fruto do próprio esforço. Em uma cidade que frequentemente nega reconhecimento aos corpos negros e periféricos, cultivar a terra torna-se um ato de afirmação de si mesmo, de memória e de pertencimento. A roça urbana, nesse sentido, é também um espaço de memória viva, onde se mantém viva a ligação com origens geográficas e históricas que o processo de urbanização tenta apagar.

Essa resistência cotidiana ocorre sob constante ameaça. As áreas cultivadas estão, na maioria das vezes, localizadas em zonas de risco ambiental ou fundiário, sujeitas a remoções, desapropriações ou intervenções urbanísticas sem diálogo com as comunidades. A ausência de políticas que reconheçam a função social dessas práticas e que as protejam juridicamente transforma a agricultura urbana de subsistência em uma experiência precária e efêmera. A precariedade, no entanto, não anula a resistência. Ao contrário, a torna mais urgente e criativa.

Assim, as ruralidades urbanas em Salvador não devem ser lidas como resíduos do passado, mas como formas contemporâneas de luta por dignidade. Elas evidenciam que, mesmo nas frestas da cidade excludente, os sujeitos populares são capazes de recriar modos de vida que escapam, ainda que parcialmente, à lógica da mercantilização total da existência. Plantar em Salvador não é um ato de sustentabilidade técnica. É um ato político de sobrevivência e esperança.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, DISCURSO VERDE E A COOPTAÇÃO DA RESISTÊNCIA NAS RURALIDADES URBANAS DE SALVADOR

A emergência de políticas públicas voltadas à agricultura urbana nas cidades brasileiras nas últimas duas décadas tem sido frequentemente interpretada como um avanço no campo da segurança alimentar e da sustentabilidade urbana. Em Salvador, essa tendência se materializou por meio de iniciativas como o Projeto Hortas Urbanas, vinculado à Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS), lançado na década de 2010 com o objetivo declarado de promover a inclusão social, a educação ambiental e o acesso a alimentos saudáveis (Prefeitura de Salvador, 2021). À primeira vista, tais programas representam um reconhecimento institucional da importância das práticas agrícolas no ambiente urbano.

No entanto, uma análise crítica revela que, em muitos casos, essas políticas operam menos como instrumentos de justiça socioambiental e mais como estratégias de governança que cooptam, domesticam e relativizam as formas populares de produção de alimentos. Elas subordinam essas práticas a uma lógica técnica, estética e simbólica alinhada aos interesses do capital urbano. O discurso da cidade sustentável, amplamente difundido por organismos internacionais como a ONU-Habitat e incorporado por governos locais, tende a valorizar a presença de natureza na cidade, como parques, jardins e hortas comunitárias, como indicador de qualidade de vida e modernidade urbana.

Como demonstra Swyngedouw (2009), esse discurso frequentemente despolitiza as questões socioambientais, substituindo conflitos de classe e disputas por direitos por soluções técnicas e consensuais. No caso da agricultura urbana, isso se traduz na promoção de hortas que sejam bonitas, ordenadas, educativas e, sobretudo, inofensivas ao ordenamento neoliberal da cidade. A ênfase recai sobre a estética do cultivo, a gestão participativa controlada e a integração com o entorno urbano formal, enquanto as práticas mais informais, localizadas em áreas periféricas e marcadas pela precariedade, são mantidas à margem desse imaginário.

Essa seletividade espacial é evidente na própria geografia das intervenções da SECIS em Salvador. As hortas apoiadas institucionalmente tendem a se concentrar em bairros centrais ou em processo de valorização imobiliária, como Pituba, Caminho das Árvores ou Itaipara. Nessas zonas, a presença de verde urbano pode ser instrumentalizada para reforçar a imagem de uma cidade moderna, segura e sustentável, atraente para investidores e classes médias. As hortas são frequentemente inseridas em equipamentos públicos já consolidados, com infraestrutura garantida e visibilidade midiática. Essa lógica se aproxima do que David Harvey (2003) denomina acumulação por espoliação, na qual elementos da natureza ou da ruralidade são apropriados pelo capital não para redistribuir riqueza, mas para gerar valor simbólico e diferencial, muitas vezes em detrimento das populações que historicamente mantiveram essas práticas de forma autônoma.

Enquanto isso, nas periferias de Salvador, como Pau da Lima, São Marcos, Jardim Cajazeiras ou o Vale dos Lagos, onde a agricultura urbana surge como resposta estrutural à insegurança alimentar e ao desemprego, o apoio estatal é raro ou inexistente. Nessas áreas, os cultivos ocorrem em terrenos irregulares, encostas, fundos de residências ou sob linhas de transmissão da COELBA, sem acesso regular à água, sem assistência técnica e

sob constante ameaça de remoção. A ausência de reconhecimento institucional não se deve à inexistência de demanda, mas à invisibilização sistemática das formas de resistência popular que não se encaixam no molde da boa prática sustentável (Gould & Lewis, 2017).

Quando áreas antes negligenciadas recebem intervenções ambientais, como parques, trilhas ecológicas ou hortas comunitárias, elas passam a ser vistas como revitalizadas, atraindo investimentos imobiliários e elevando os preços dos terrenos. Isso pode levar à expulsão justamente das populações que deram vida a esses espaços, substituídas por novos moradores com maior poder aquisitivo.

Embora esse processo ainda não seja plenamente visível nas hortas de Salvador, ele já é perceptível em outras cidades brasileiras, onde a ecologização de bairros periféricos tem sido usada como justificativa para reordenamentos urbanos excludentes (Rolnik, 2015). Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as políticas públicas não como gestão da pobreza, mas como garantia de direitos fundamentais. A agricultura urbana de subsistência deve ser reconhecida não como uma atividade complementar ou terapêutica, mas como uma expressão legítima do direito à cidade e à alimentação, tal como previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006).

Isso implica ir além da criação de hortas-piloto em bairros privilegiados e avançar em direção a políticas estruturantes, como a regularização fundiária de áreas produtivas urbanas, o acesso universal à água para irrigação, o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização e o reconhecimento dos saberes tradicionais dos agricultores urbanos. Nesse sentido, a crítica formulada por Henri Lefebvre (1970) permanece profundamente atual. A cidade verdadeiramente democrática não é aquela que incorpora elementos rurais de forma decorativa, mas aquela que permite a reapropriação coletiva do espaço por todos os seus habitantes. Enquanto as políticas públicas em Salvador seguirem promovendo uma agricultura urbana para inglês ver, enquanto os discursos de sustentabilidade servirem para maquiar a pobreza em vez de combatê-la, as verdadeiras ruralidades, aquelas que nascem do desespero e da resistência, continuarão sendo vistas como problemas a serem resolvidos, e não como soluções coletivas a serem fortalecidas.

A cidade de Salvador, desde sua fundação em 1549 como núcleo administrativo e portuário da colônia portuguesa, sempre esteve profundamente articulada com o mundo rural. Não apenas como ponto de escoamento de produtos agrícolas, como açúcar, tabaco

e algodão, mas como espaço de chegada, permanência e transformação de populações camponesas, indígenas e africanas que traziam consigo modos de vida profundamente ligados à terra. Essa relação não se esgotou com a urbanização. Ao contrário, ela se reconfigurou de maneiras complexas ao longo dos séculos, especialmente no século XX, quando o intenso processo de migração rural-urbana impulsionado pela concentração fundiária, pela mecanização do campo e pela expansão do agronegócio forçou milhões de pessoas a buscar refúgio nas periferias das cidades.

Salvador é uma criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial antiga que ainda hoje subsiste; ela conserva as funções que lhe deram um papel regional, e embora penetrada pelas novas formas de vida, devidas à sua participação aos modos de vida do mundo industrial, mostra, ainda, na paisagem, aspectos materiais de outros períodos. (SANTOS, 1959, p.192).

Em Salvador, esse movimento foi particularmente intenso a partir das décadas de 1960 e 1970, quando o interior da Bahia foi esvaziado de sua população camponesa, expulsa por um modelo de desenvolvimento rural que privilegiava grandes proprietários e corporações agroindustriais. Essas populações não desapareceram ao chegar à cidade. Elas recriaram, nas frestas do tecido urbano, práticas, saberes e relações sociais que mantinham viva sua ligação com o campo, não como nostalgia, mas como estratégia de sobrevivência. É nesse contexto histórico que devem ser compreendidas as ruralidades urbanas contemporâneas em Salvador. Elas não são resíduas anacrônicas, mas expressões ativas e criativas de resistência à exclusão socio espacial.

A análise espacial dessas práticas revela uma geografia marcada por profundas desigualdades. As áreas onde a agricultura urbana se manifesta com maior intensidade e necessidade não estão distribuídas de forma homogênea pelo território municipal, mas concentram-se em zonas historicamente marginalizadas pelo poder público.

Nesses contextos, o cultivo da terra, mesmo em pequenos quintais, encostas íngremes ou terrenos baldios, torna-se uma estratégia fundamental para garantir a segurança alimentar familiar e reduzir a dependência de mercados formais cujos preços são frequentemente inacessíveis.

A observação de campo realizada ao longo desta pesquisa permitiu registrar como essas práticas estão profundamente integradas ao cotidiano das comunidades. O plantio

de hortaliças, leguminosas e frutíferas não segue protocolos técnicos institucionais, mas se baseia em saberes empíricos, muitas vezes transmitidos entre gerações ou aprendidos por tentativa e erro, adaptados às limitações impostas pelo ambiente urbano. O uso de adubos orgânicos produzidos localmente, a consorciação de culturas, a captação de água da chuva em tambores e a reutilização de materiais recicláveis para delimitação de canteiros são exemplos de uma agroecologia popular que emerge da necessidade e da criatividade.

Um dos casos mais emblemáticos observados pelo autor situa-se no Vale dos Lagos, região do miolo central da cidade, historicamente marcada por ocupações informais e ausência de planejamento urbano efetivo. Nas imediações das torres de transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), é possível identificar pequenas plantações em terrenos sob domínio público e alta tensão elétrica. Esses espaços, frequentemente classificados como áreas de risco pelos órgãos técnicos municipais e estaduais, porém autorizados a ter plantio, são ocupados por famílias que não encontraram alternativas habitacionais ou produtivas em outras partes da cidade. A presença da agricultura nesse contexto desafia as categorizações técnicas que separam rigidamente áreas seguras de áreas de risco, evidenciando que, para muitos moradores, o risco maior não está na proximidade com as torres, mas na fome, na insegurança alimentar e na exclusão social.

A COELBA, por sua vez, mantém uma postura ambígua. Não regulariza nem reconhece formalmente essas ocupações, mas também não as desmobiliza sistematicamente, criando uma zona de tolerância precária que impede qualquer investimento coletivo em infraestrutura ou segurança. Essa situação exemplifica o que Milton Santos (1993) denominou uso perverso do espaço: quando os mais pobres são obrigados a ocupar os piores lugares da cidade, transformando-os em espaços de vida por pura necessidade de sobrevivência.

Em contraste com essa realidade, o bairro da Pituba, uma das áreas mais valorizadas e urbanizadas de Salvador, abriga uma horta comunitária vinculada ao Projeto Hortas Urbanas da SECIS. Localizada em um espaço público formalmente delimitado, com infraestrutura básica de irrigação, compostagem e sinalização, essa horta é frequentemente destacada em relatórios de gestão e campanhas institucionais como exemplo de cidade sustentável. Sua existência, embora positiva em termos de educação ambiental e convivência comunitária, revela uma seletividade espacial e simbólica. A Pituba, com altos

índices de renda per capita e infraestrutura consolidada, não enfrenta os mesmos desafios estruturais de segurança alimentar que as periferias. Assim, a horta funciona menos como uma resposta à fome e mais como um símbolo de boas práticas governamentais, alinhado ao que Swyngedouw (2009) chama de ambientalismo pós-político, uma abordagem que substitui conflitos socio espaciais por soluções técnicas consensuais.

Essa lógica de intervenção reforça a ideia de que a sustentabilidade urbana é um privilégio de áreas centrais e ordenadas, enquanto as práticas agrícolas nas periferias continuam sendo invisibilizadas ou, quando visibilizadas, são tratadas como problemas de desordem urbana. Essa assimetria espacial não é acidental, mas resultado de um modelo de urbanização que, desde a segunda metade do século XX, priorizou a valorização imobiliária e a expansão horizontal da cidade em detrimento da justiça socio espacial.

O atual Plano Diretor de Salvador, instituído pela Lei nº 9.069/2016 (PDDU 2016), não contempla mecanismos efetivos de proteção ou incentivo às práticas agrícolas em áreas periféricas. Apesar de reconhecer genericamente a importância da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, o plano não estabelece zoneamento que reserve áreas específicas para agricultura urbana de subsistência, nem políticas de regularização fundiária que considerem a função social desses usos do solo. Assim, enquanto políticas públicas celebram iniciativas de agricultura urbana em bairros centrais e condomínios gentrificados, as práticas espontâneas nas periferias continuam sem reconhecimento legal, frequentemente enfrentando remoções e criminalização. Esta assimetria reproduz uma geografia da exclusão em que o direito à terra urbana é negado justamente àqueles que mais dele necessitam para garantir sua segurança alimentar e reprodução social.

Por conta disso, as cartografias das ruralidades urbanas em Salvador não devem ser lidas apenas como mapas de cultivo, mas como diagramas da desigualdade. Elas revelam, em sua materialidade, as fissuras do modelo urbano neoliberal, onde a sobrevivência depende da capacidade dos sujeitos populares de reapropriar o espaço público de forma criativa, coletiva e, muitas vezes, precária. Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para construir políticas públicas que não se limitem a promover hortas bonitas, mas que garantam o direito à terra, à água, à alimentação digna e à cidade para todos os soteropolitanos, especialmente para aqueles que, expulsos do campo e excluídos da cidade, continuam resistindo com as mãos na terra.

Este trabalho partiu de uma provocação aparentemente simples, mas profundamente política. Por que, em pleno século XXI, famílias em Salvador ainda precisam cultivar a terra para comer? A resposta, construída ao longo da investigação teórica e empírica, não reside em uma suposta tradição rural ou em uma escolha alternativa de vida, mas na falência crônica das políticas públicas de habitação, emprego, segurança alimentar e planejamento urbano. As ruralidades urbanas em Salvador não devem ser vistas como anomalias, mas como sintomas de um modelo de cidade excludente, que concentra renda, especula com o solo urbano e nega direitos básicos a boa parte de sua população. A análise das três áreas de estudo revelou que nem toda agricultura urbana é igual. Há uma diferença abissal entre as hortas institucionalizadas, frequentemente alinhadas a lógicas de governança neoliberal, e as práticas de subsistência em favelas, marcadas pela precariedade e pela autonomia relativa. Enquanto as primeiras servem como recursos simbólicos para legitimar discursos de sustentabilidade, as segundas expressam estratégias concretas de reprodução social em contextos de abandono estatal. Essa distinção é crucial para evitar a romantização ou a homogeneização das práticas rurais na cidade, reconhecendo sua complexidade e sua relação dialética com as estruturas de poder que as cercam.

Os capítulos anteriores demonstraram como as ruralidades urbanas operam em múltiplos níveis. No nível subjetivo, elas são formas de resistência à alienação do trabalho urbano precarizado e ao apagamento identitário imposto pela cidade excludente. No nível espacial, elas revelam uma geografia da exclusão, onde as práticas mais intensas e necessárias estão localizadas justamente onde o Estado está mais ausente. No nível político, elas expõem a contradição entre o discurso oficial de cidade sustentável e a realidade de abandono das periferias, evidenciando como as políticas públicas frequentemente cooptam e domesticam as formas populares de produção de alimentos.

Essa análise reforça a tese central deste trabalho. A dicotomia entre campo e cidade é uma ficção ideológica, útil para manter a ilusão de que o urbano é o espaço do progresso e o rural, o do atraso. Na realidade, a cidade contemporânea incorpora o rural sob novas formas, muitas delas de resistência. As ruralidades urbanas em Salvador são, portanto, expressões contemporâneas da luta por dignidade, que desafiam a narrativa hegemônica do desenvolvimento urbano e reafirmam o direito à terra e à alimentação como direitos fundamentais.

Diante disso, torna-se imperativo repensar as abordagens das políticas públicas. Não basta promover hortas urbanas como atividade de lazer ou como instrumento de educação ambiental. É necessário reconhecer a agricultura urbana de subsistência como direito, o que implica medidas concretas e estruturantes. A regularização fundiária de áreas cultivadas em periferias, o acesso universal à água para irrigação, a proteção legal contra remoções arbitrárias e a valorização dos saberes locais são passos essenciais para transformar a relação entre cidade e campo em Salvador. Essas propostas não são utópicas. Elas dialogam com marcos legais já existentes, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que, embora voltados originalmente ao meio rural, podem e devem ser reinterpretados para o contexto urbano.

Além disso, é fundamental questionar o modelo de desenvolvimento urbano que produz as condições de exclusão que tornam necessárias as práticas rurais nas periferias. Isso significa enfrentar a especulação imobiliária, promover a democratização do planejamento urbano e garantir que as políticas de segurança alimentar sejam integradas a estratégias mais amplas de justiça social e ambiental. Como lembra Henri Lefebvre (1970), o direito à cidade não se limita ao acesso aos bens e serviços urbanos, mas inclui o direito de transformar a cidade, de produzir espaço segundo as necessidades coletivas e não segundo a lógica do mercado.

3. ÁREA ESTUDADAS

Este capítulo apresenta a análise de um estudo de caso relativo à experiência de agricultura urbana desenvolvida no bairro de São Rafael, na cidade de Salvador (BA), especificamente no território conhecido como HORTIVAS. A partir de um relato oral coletado junto a um casal de agricultores oriundos do interior da Bahia, busca-se compreender os processos históricos, sociais, ambientais e institucionais que conformaram essa prática agroecológica em meio ao tecido urbano. A investigação se insere no contexto mais amplo das “ilhas de ruralidade” (conforme conceito empregado por autores como Maia, 2000), entendidas como espaços híbridos onde práticas tradicionais de produção agrícola persistem, resistem ou se reconfiguram diante da expansão urbana.

3.1 PROPRIEDADE ANTIGA HORTIVAS

A presença de pequenas propriedades agrícolas na Estrada da Muriçoca, no Vale dos Lagos, Salvador, também mostra a complexidade da ruralidade urbana. Essas propriedades mantêm atividades agrícolas como cultivo de hortaliças, frutas, raízes e plantas decorativas, destinadas ao autoconsumo e venda em mercados locais.

Esta persistência ocorre em um contexto de pressão urbana crescente. A expansão imobiliária, a instalação de infraestrutura urbana e a especulação fundiária ameaçam continuamente essas áreas.

A continuidade da produção agrícola na Muriçoca resulta da capacidade adaptativa das famílias agricultoras, não de políticas públicas estruturadas. Essa situação evidencia uma lacuna na governança territorial de Salvador, onde atividades agrícolas urbanas permanecem marginalizadas nos processos decisórios, apesar de sua contribuição para a segurança alimentar local.

Figura 1 - Propriedade De R na Estrada da Muriçoca destacada de vermelho e a propriedade da CEASA destacada de amarelo



Fonte: Google Earth Pro 2025. Elaboração própria (2026).

Figura 2 - Propriedade Estrada da Muriçoca – HORTIVAS. Entrada de frente à pista.



Fonte: Google Street View 2025. Elaboração Própria (2026).

Figura 3 - Propriedade Estrada da Muriçoca - HORTIVAS Alpínias (*Alpinia purpurata*), também conhecidas como gengibre-vermelho.



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 4 - Belladonna (*Atropa belladonna*), uma planta perene conhecida por suas propriedades medicinais.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 5 - Compostagem com diferentes resíduos, coco, cacau e manga na imagem.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 6 - Separação de resíduo para compostagem abaixo de uma mangueira.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 7 - Cigarra presa à mangueira



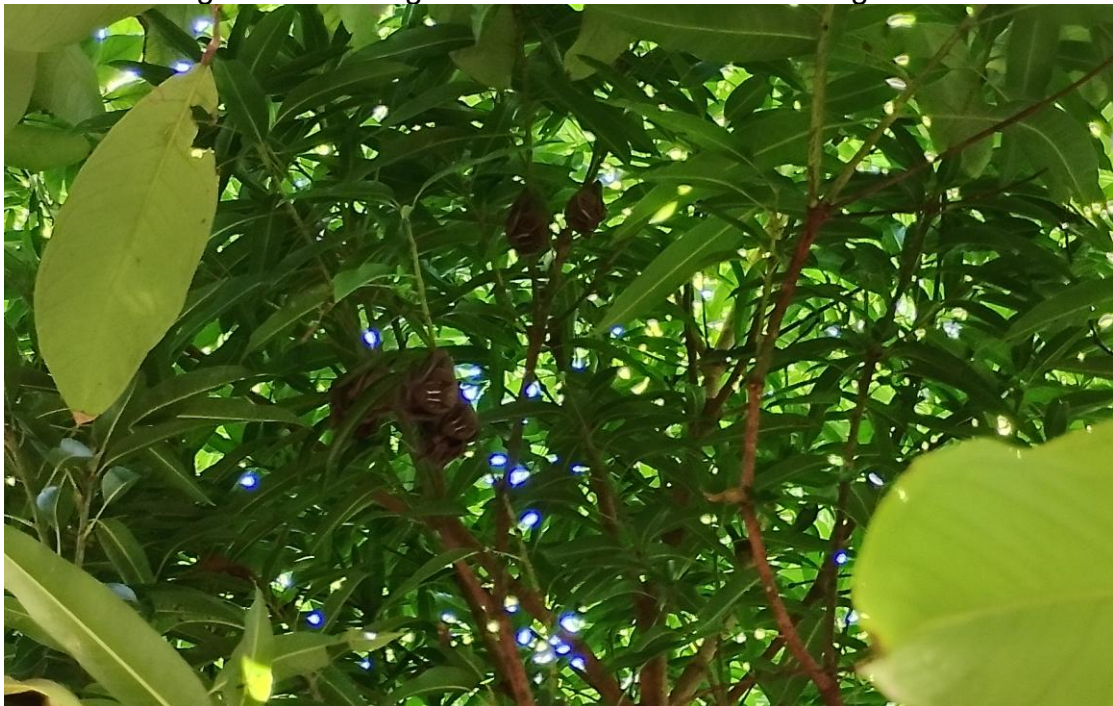
Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 8 - Camada de folhagem superficial que cobre o solo.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 9 - Morcegos descansando em uma mangueira.



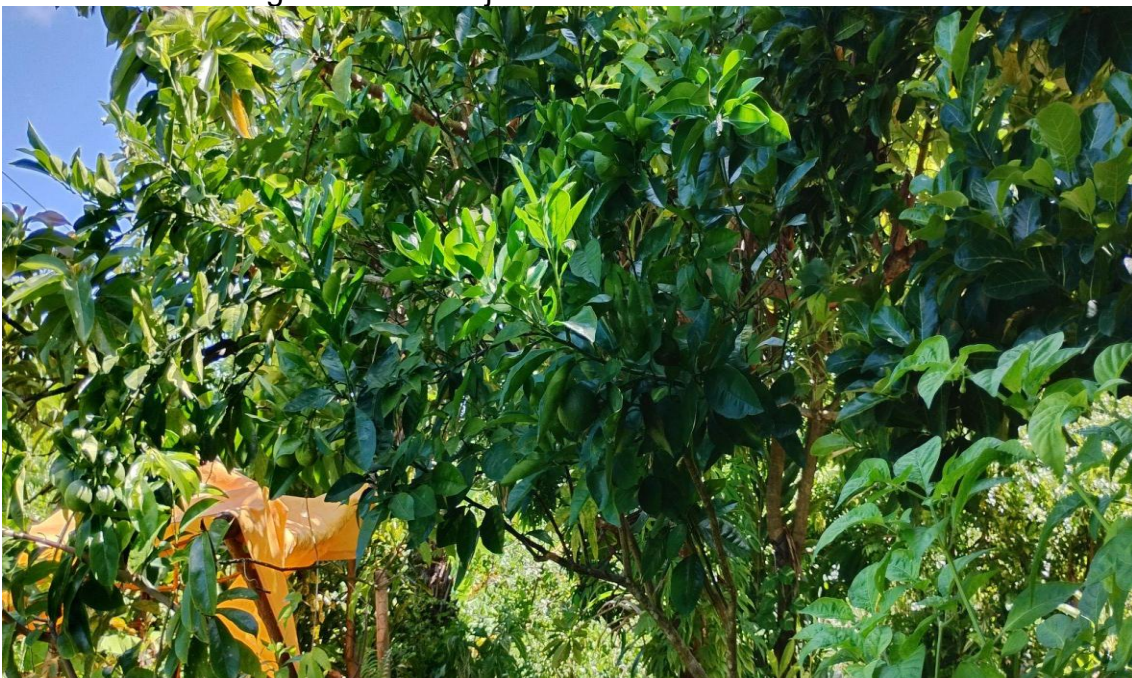
Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 10 - Pequena horta caseira com diversas plantas em recipientes reutilizados. É possível identificar plantas de manjeriço.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 11 - Laranjeira com frutos se formando.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 12 - Imagem de Roseira



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 13 - Plantação de Coentro, Alface e outras hortaliças.



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 14 - Pés de Café



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 15 - Plantas de Pimenta



Fonte: Elaboração Própria (2026).

A ocupação da área teve início em **1998**, quando a família se mudou para Salvador e passou a utilizar o terreno, que até então se encontrava abandonado e servia como depósito de lixo.

Entre os anos de **2003 e 2007**, o espaço recebeu apoio institucional. A CHESF, em parceria com a Embrapa e a Igreja Católica (por meio da Paróquia do Divino), selecionou cerca de 20 famílias para desenvolver atividades de cultivo no local. Nesse período, foram oferecidos capacitação técnica, análise do solo, doação de insumos e houve uma tentativa de organização coletiva dos produtores.

Após **2007**, com a interrupção dos projetos e do suporte externo, os agricultores passaram a enfrentar dificuldades relacionadas ao controle de pragas, à falta de insumos e à baixa rentabilidade da produção, o que levou à desistência da maioria das famílias envolvidas.

Na situação atual, apenas **três famílias** permanecem atuantes no local, todas remanescentes do projeto original. Juridicamente, o terreno pertence à Igreja Católica, enquanto a CHESF detém concessão para a instalação de torres de transmissão de energia. Os produtores possuem apenas uma concessão precária de uso da terra, não lhes sendo permitido construir estruturas permanentes nem comercializar o solo.

A pesquisa contou com a colaboração de moradores da região da Vila São Francisco, localizada no bairro Vale dos Lagos, em Salvador, Bahia, mais precisamente nas proximidades do Instituto Anísio Teixeira. Os trabalhos são desenvolvidos em uma área conhecida informalmente como **Hortivás** (Horticultores da Vila São Francisco), sem registro jurídico formal, situada à Estrada da Muriçoca.

Trata-se de um espaço com aproximadamente **500 m²** destinados a cada família, em regime de **concessão de uso** cedido pela Igreja Católica, com a mediação e facilitação da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) em função da instalação de torres de transmissão de energia na região.

Nesse local, os produtores atuam como parceiros, dedicando-se ao cultivo de hortaliças orgânicas e ao plantio de árvores frutíferas, organizados em um sistema de produção agroflorestal. A atividade é desenvolvida em pequena escala, tendo como objetivo principal a geração de renda complementar para as famílias envolvidas.

A prática agrícola em meio ao espaço urbano enfrenta uma série de obstáculos e resistências. Dentre as principais dificuldades, destaca-se a dificuldade de acesso a insumos orgânicos a preços acessíveis, como esterco de gado, esterco de galinha, torta de mamona e pó de rocha. Além disso, há a incidência de pragas resistentes a controles naturais, como formigas cortadeiras, paquinha e pulgões. A proximidade com vias de grande circulação, como a Avenida Paralela, facilita o furto da produção por moradores locais. Outro ponto crítico é a desvalorização dos produtos orgânicos pela comunidade, que ainda espera preços baixos sem compreender o custo real e o esforço envolvidos na produção agroecológica, somado à total falta de apoio institucional contínuo após o encerramento do projeto inicial.

A infraestrutura urbana influencia a atividade de forma dupla. Negativamente, a proximidade com vias de grande circulação facilita invasões e furtos da produção. Por outro lado, de maneira positiva, a presença das torres de transmissão da CHESF impede construções no local, preservando indiretamente o espaço para o cultivo. Ainda assim, a ausência de políticas públicas estruturadas de incentivo à agricultura urbana no entorno limita o desenvolvimento da atividade.

Quanto ao destino da produção, esta é destinada principalmente à venda direta para clientes fiéis que valorizam produtos orgânicos e estão dispostos a pagar preço justo. Há também pequena comercialização em barracas informais no próprio local. A atividade complementa a renda familiar, mas não constitui a fonte principal de sustento.

A recepção dos produtos pela comunidade local é mista. Uma minoria de consumidores valoriza e paga preço adequado, reconhecendo a qualidade e os benefícios à saúde. A maioria, porém, espera preços baixos, sem compreender o custo real e o esforço da produção, revelando uma lacuna de conscientização sobre os benefícios da agricultura orgânica e urbana.

No que se refere a estratégias de educação e engajamento, durante o período inicial do projeto (2003-2007) houve ações estruturadas, como reuniões com assistentes sociais, capacitações técnicas conduzidas por engenheiros agrônomos e tentativa de organização em cooperativa ou associação denominada Hortivás. Com o tempo, o interesse diminuiu, as reuniões foram descontinuadas e, atualmente, não existem estratégias ativas de educação ou mobilização comunitária.

Sobre o futuro da atividade, o entrevistado expressa grande preocupação: *"Se não tiver uma participação efetiva do governo... a tendência é acabar"*. Ele identifica o risco real de desaparecimento da prática sem apoio público estruturado, embora reconheça o potencial não explorado dos terrenos ociosos sob torres de transmissão, que poderiam ser destinados à agricultura familiar. A visão é de que a sustentabilidade depende de políticas de incentivo, valorização do produtor e integração com o planejamento urbano.

Além dos desafios já citados, existem outras dificuldades, como a necessidade de conciliar o tempo dedicado à horta com o trabalho formal o entrevistado atua como vigilante, a dependência exclusiva da mão de obra familiar, sem possibilidade de contratação, a baixa escala de produção, que dificulta a viabilidade econômica e o acesso a mercados maiores, e a ausência de assistência técnica continuada para manejo de pragas e solos.

A importância de promover a conscientização é destacada pelo depoimento: *"Tudo vem da agricultura. Por que não incentivar os pequenos agricultores em volta das cidades?"*. A conscientização é vista como fundamental porque espaços verdes melhoram a qualidade ambiental, geram renda complementar para populações vulneráveis, fortalecem a produção local de alimentos saudáveis e preservam saberes tradicionais, promovendo a conexão entre campo e cidade.

O entrevistado e sua esposa manifestam o desejo de retornar ao interior citando como exemplo a região de Juazeiro/BA ao completarem 60 anos. O plano não é produzir em larga escala, mas manter uma pequena área para cultivo pessoal, como forma de terapia, hobby e conexão com a terra. A agricultura é vista como prática de bem-estar e realização pessoal, já que, naquele momento, já estarão aposentados e não dependerão da atividade para sobrevivência.

Os entrevistados são originários do distrito de Remanso, pertencente ao município de Juazeiro, região do Vale do São Francisco, Bahia. A economia local naquela área baseia-se historicamente na pesca e na agricultura de vazante, prática agrícola sazonal realizada nas margens do Rio São Francisco, aproveitando as áreas expostas à medida que o nível do rio recua. Nesse sistema, cultivam-se espécies como milho, feijão, abóbora e arroz. Essa atividade é marcada pela incerteza climática: em anos de cheias repentinas, as culturas são submersas e perdidas integralmente.

Diante das adversidades socioambientais, incluindo temperaturas extremas (citadas na entrevista como atingindo 42°C) e a instabilidade da renda familiar, o casal decidiu

migrar para Salvador em 1998. Na capital, o entrevistado iniciou suas atividades como porteiro com carteira assinada, posteriormente assumindo a função de vigilante, enquanto sua esposa dedicava-se aos afazeres domésticos. A transição do meio rural para o urbano não implicou, contudo, o abandono total da relação com a terra; ao contrário, essa ligação foi reativada em novo contexto e escala.

O terreno atualmente ocupado pela horta era, até os anos 2000, um espaço urbano ocioso, caracterizado pela presença de resíduos sólidos e vestígios de construções irregulares. Sua ocupação foi viabilizada por uma articulação institucional entre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), detentora da concessão das torres de transmissão de energia na área, e a Igreja Católica, proprietária jurídica do solo. O objetivo declarado dessa parceria era evitar a ocupação irregular e a formação de favelas sob as linhas de alta tensão, constituindo, portanto, uma estratégia de gestão urbana baseada na manutenção de áreas verdes.

Nesse contexto, aproximadamente 20 famílias foram selecionadas com o apoio de agentes comunitários e religiosos para desenvolver uma horta comunitária visando complementar a renda familiar. O projeto contou com suporte técnico inicial: a Embrapa realizou análise de solo que identificou alta acidez e pobreza nutricional (classificado como latossolo), e engenheiros agrônomos orientaram sobre manejo, confecção de canteiros, compostagem e seleção de cultivos. Insumos iniciais sementes, ferramentas e corretivos foram fornecidos pelas instituições envolvidas.

Destaca-se, nessa fase, a decisão coletiva de abandonar o uso de insumos químicos, optando-se por uma abordagem inteiramente orgânica. A correção do solo passou a ser feita com calcário agrícola, fosfato natural, pó de rocha e matéria orgânica composta escolhida que antecipa, ainda que de forma empírica, os princípios da agroecologia.

O apoio institucional durou aproximadamente três anos (2003–2006/2007). Após seu encerramento, as famílias enfrentaram dificuldades crescentes: escassez e alto custo de insumos orgânicos (esterco, torta de mamona, farinha de osso), dificuldade de manutenção da fertilidade do solo e surgimento de pragas resistentes, especialmente formigas cortadeiras e um inseto localmente conhecido como “paquinha”.

Esses desafios levaram à desistência progressiva da maioria dos participantes. Dos 20 lotes inicialmente ocupados (cada um com cerca de 500 m²), apenas três

permaneceram ativos até o presente momento. Diante da inviabilidade da horticultura convencional em escala reduzida e sem suporte técnico contínuo, os agricultores remanescentes adaptaram suas práticas: passaram a integrar árvores frutíferas (manga, acerola, graviola, jambos) e espécies perenes (como o cacau, que exige sombreamento) às áreas de cultivo. Esse rearranjo espacial e funcional transformou a horta em um sistema agroflorestal urbano, caracterizado pela estratificação vegetal e pela simbiose entre espécies de diferentes portes e ciclos de vida.

Essa transição reflete não apenas uma resposta às limitações ecológicas, mas também uma reinterpretação cultural do espaço produtivo, onde a produção por subsistência e a relação afetiva com a terra ganham centralidade sobre a lógica mercantil.

Juridicamente, o terreno pertence à Igreja Católica, que o mantém como área de preservação verde, vedando construções permanentes. A CHESF, por sua vez, exerce influência indireta por deter a concessão das torres de transmissão no local. Os agricultores não possuem título de propriedade, tampouco arrendamento formal; sua permanência se dá por meio de uma concessão de uso informal, respaldada moralmente pela instituição religiosa, mas sem garantias legais explícitas.

Essa condição precária de posse gera insegurança, especialmente diante de pressões imobiliárias o entrevistado relata tentativas de venda do terreno por terceiros. A ausência de cobrança por aluguel e a não interferência na atividade agrícola permitem uma relativa autonomia, configurando uma relação de parceria simbólica mais do que contratual.

A prática da agricultura urbana nesse contexto enfrenta múltiplos desafios, tanto materiais quanto sociais:

Acesso a insumos orgânicos: o custo elevado e a dificuldade de abastecimento na cidade inviabilizam a manutenção contínua da fertilidade do solo. Pressão de pragas: a proximidade com áreas verdes urbanas e resíduos vegetais transportados de podas públicas favorece a proliferação de insetos. Insegurança patrimonial: furtos de produtos e invasões já ocorreram, levando os agricultores a reduzir a exposição da produção.

Desvalorização do orgânico: grande parte da população urbana não reconhece o valor do alimento livre de agrotóxicos, esperando preços próximos aos da agricultura convencional. Apesar disso, mantém-se uma rede de consumidores fiéis, que valorizam a qualidade e a procedência dos alimentos e estão dispostos a pagar um preço justo. A comercialização ocorre predominantemente por encomenda ou em pequena barraca

improvisada no local, sem intermediários.

Os entrevistados manifestam o desejo de retornar ao interior ao se aposentarem, não para retomar uma vida agrícola de subsistência, mas para cultivar um pequeno sítio destinado ao lazer e à terapia o que reforça a ideia de que, para eles, a agricultura transcende a esfera econômica, assumindo dimensões identitárias e emocionais.

Quanto ao futuro da agricultura urbana em Salvador, os entrevistados demonstram ceticismo. Acreditam que, sem políticas públicas efetivas como assistência técnica contínua, fornecimento de insumos, criação de canais de comercialização e reconhecimento legal das áreas de cultivo, iniciativas como a deles tenderão ao desaparecimento. Argumentam que a cidade possui diversos terrenos ociosos sob linhas de transmissão ou em áreas não edificáveis, os quais poderiam ser destinados à agricultura familiar urbana, replicando a experiência da CHESF em escala municipal.

O caso analisado mostra como práticas agrícolas podem se reinserir no espaço urbano de forma resiliente, mesmo diante de limitações institucionais, ecológicas e econômicas. A horta da Vila São Francisco não é apenas um espaço de produção de alimentos; é um território de memória, resistência e reconfiguração identitária. Sua existência desafia a dicotomia rígida entre rural e urbano, propondo uma geografia híbrida onde o verde não serve apenas como elemento paisagístico, mas como prática social viva.

Sua sobrevivência depende menos do esforço individual dos agricultores e mais da capacidade do poder público de reconhecer esses espaços como infraestruturas socio ecológicas urbanas fundamentais para a segurança alimentar, a justiça ambiental e a qualidade de vida nas cidades contemporâneas.

3.2 PROJETO HORTAS URBANAS PITUBA

O Projeto Hortas Urbanas na Pituba, localizado na Avenida Paulo VI, nº 2.101, em Salvador, Bahia, emerge como uma das experiências mais visíveis de agricultura urbana na capital baiana. Implantado em 2016 em um terreno de aproximadamente 2.100m² anteriormente abandonado e utilizado como ponto de descarte irregular de lixo, o projeto foi idealizado pela por Wilson Brandão em parceria com moradores locais. Sua origem

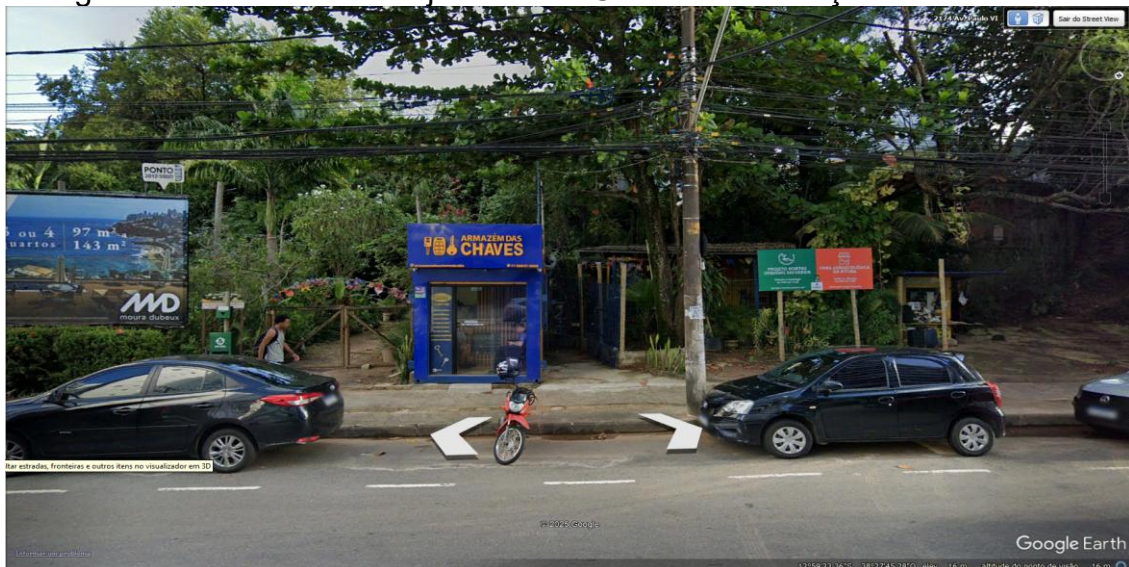
comunitária e seu caráter de recuperação ambiental conferem-lhe uma legitimidade simbólica que o distingue de iniciativas puramente técnicas ou governamentais.

Figura 16 - Área aproximada destacada em vermelho em relação à Avenida Paulo VI.



Fonte: Google Earth Pro 2025. Elaboração própria (2026).

Figura 17 - Entrada do Projeto Hortas Urbanas em relação à Av. Paulo VI.



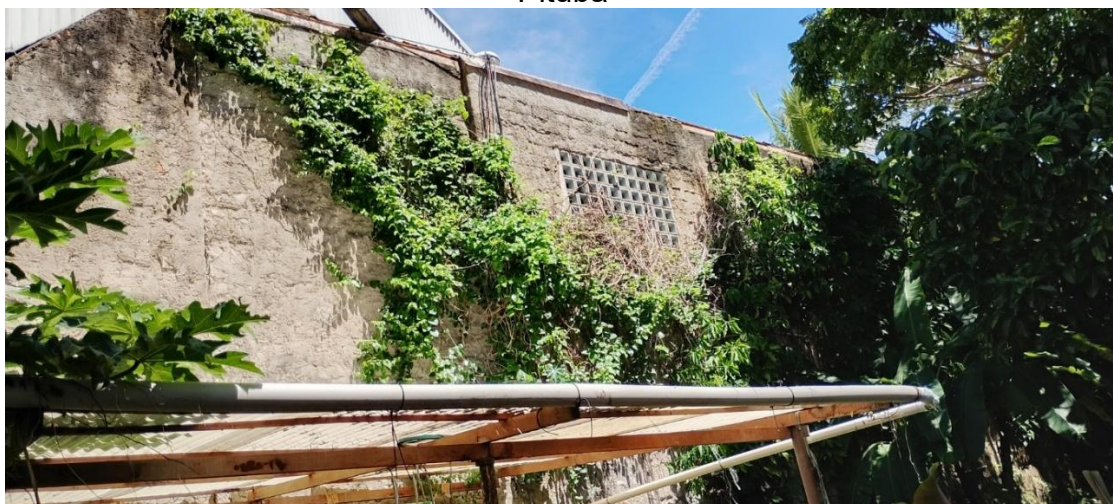
Fonte: Google Street View 2025, elaboração própria (2026).

A remoção de cerca de 50 toneladas de entulho e a primeira plantação, realizada em novembro de 2016 com 500 mudas doadas, marcaram o início de um processo de

transformação territorial que combina produção agrícola, educação ambiental e solidariedade social.

A horta cultiva uma diversidade de espécies, incluindo hortaliças (alface, couve, coentro, cebolinha), ervas aromáticas (hortelã, manjerição, alecrim, capim-santo, erva-cidreira) e frutíferas adaptadas ao clima local (pitanga, acerola, limão, goiaba). Seu objetivo central é a produção de alimentos orgânicos para doação a instituições de acolhimento a idosos, tendo distribuído, até 2020, mais de 3.200 kg de alimentos a seis casas em Salvador.

Figura 18 - Lateral da propriedade, fronteira com o muro da quadra do Colégio Sartre Pituba



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 19 - Plantação de Melancia dentro da propriedade



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 20 - Plantações frutíferas diversas no setor Norte da propriedade



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 21 - Pátio de Compostagem temporariamente desativado



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 22 - Corredor de hortas da propriedade com diversas plantações



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 23 - Entrada da propriedade



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 24 - Área em organização das mudas e plantas envasadas novos



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 25 - Biodigestor Portátil



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 26 - Casas de cupim e de abelhas polinizadoras



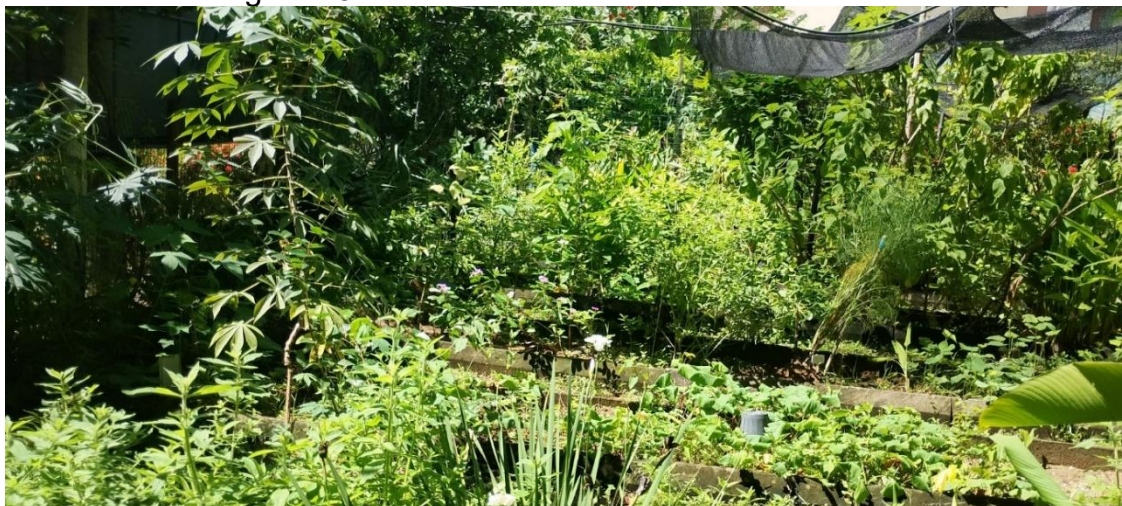
Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 27 - Área afetada por fortes chuvas que derrubaram a Aroeira



Fonte: Elaboração própria (2026)

Figura 28 - Parte lateral das hortas diversificadas



Fonte: Elaboração própria (2026)

Além disso, o espaço funciona como ambiente educativo, recebendo visitas de escolas e universidades para oficinas de agroecologia, permacultura e conscientização ambiental. A gestão é conduzida por cerca de 40 voluntários organizados em escala de trabalho, garantindo a manutenção contínua das atividades. O projeto conta ainda com apoio institucional da Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS), da Secretaria de Manutenção (Seman) e da Limpurb, além de parcerias com a UNIFACS, a Rede PANC Bahia e outras organizações da sociedade civil.

À primeira vista, o Projeto Hortas Urbanas na Pituba parece encarnar o ideal de uma cidade sustentável e solidária. Ele recupera áreas degradadas, reduz focos de vetores de doenças, promove a compostagem, fortalece vínculos comunitários e garante acesso a alimentos saudáveis para populações vulneráveis. No entanto, uma análise mais atenta revela tensões que iluminam os limites da institucionalização da ruralidade urbana em contextos de desigualdade estrutural. Primeiramente, sua localização no bairro da Pituba uma das zonas mais valorizadas e urbanizadas de Salvador coloca em evidência uma seletividade espacial característica das políticas verdes contemporâneas.

Enquanto essa horta recebeu visibilidade, apoio técnico e infraestrutura básica, práticas semelhantes em periferias como Pau da Lima e São Marcos permanecem invisíveis, precárias e sujeitas à criminalização. Essa assimetria não é casual. Ela reflete o que Swyngedouw (2009) denomina “ambientalismo pós-político”, no qual soluções consensuais e tecnicistas substituem conflitos socio espaciais por narrativas de harmonia

e cooperação. O Projeto Hortas Urbanas, embora genuinamente comunitário em sua origem, torna-se funcional a esse discurso ao operar em um território seguro, ordenado e compatível com a imagem de modernidade que a cidade deseja projetar. Sua existência não questiona as causas estruturais da insegurança alimentar como a especulação fundiária, a precarização do trabalho e a exclusão urbana, mas oferece uma resposta localizada, moralizada e despolitizada à fome. A doação de alimentos a idosos carentes, por mais nobre que seja, não altera as condições que produzem a vulnerabilidade dessas populações.

Além disso, o próprio sucesso do projeto o torna suscetível à pressão imobiliária característica de bairros centrais. Em um contexto de valorização acelerada do solo urbano, espaços verdes produtivos podem ser instrumentalizados como elementos de marketing urbano, contribuindo indiretamente para processos de gentrificação verde (Gould & Lewis, 2017). Embora não haja evidências de que isso tenha ocorrido diretamente no caso da Pituba, a ausência de mecanismos legais que protejam a função social do solo agrícola urbano mantém o projeto em uma condição de precariedade institucional. Sua continuidade depende fundamentalmente do voluntariado e de doações, o que limita sua capacidade de expansão e de influência sobre políticas públicas estruturantes.

Diante disso, o Projeto Hortas Urbanas na Pituba deve ser compreendido não como um modelo a ser replicado mecanicamente, mas como um caso emblemático das contradições da agricultura urbana no Brasil contemporâneo. Ele demonstra o potencial transformador da ação comunitária, mas também os riscos de cooptação e domesticamente quando inserido em contextos privilegiados e descolado das lutas territoriais das periferias. Para que iniciativas como essa transcendam o caráter assistencialista e contribuam efetivamente para a justiça alimentar e socio espacial, é necessário articulá-las com movimentos sociais, políticas de regularização fundiária e estratégias de segurança alimentar que reconheçam a pluralidade das ruralidades urbanas incluindo aquelas que nascem não da escolha, mas da necessidade.

A verdadeira sustentabilidade urbana não reside na beleza ou na ordem das hortas institucionais, mas na capacidade da cidade de garantir direitos fundamentais a todos os seus habitantes, independentemente de onde vivem. Enquanto as práticas agrícolas nas periferias forem ignoradas ou tratadas como problemas de desordem, enquanto a agricultura urbana foi celebrada apenas quando domesticada e estetizada, a cidade

continuará reproduzindo as mesmas desigualdades que tornam necessária a resistência com as mãos na terra.

A entrevista com o idealizador da horta na Pituba ilumina essa contradição de forma contundente. Apesar de operar em um bairro central, o projeto vive em estado de precariedade extrema: sem recursos financeiros, sem apoio institucional contínuo, dependendo exclusivamente de doações e do trabalho autônomo de seis voluntários. A Prefeitura, embora tenha fornecido infraestrutura mínima na fase inicial, não garante manutenção, nem protege o espaço contra a especulação imobiliária. Enquanto isso, investe milhões em praças decorativas sem função social ou ambiental. Essa assimetria revela que a sustentabilidade promovida pelo Estado não visa à justiça socioambiental, mas à gestão simbólica da pobreza uma forma de “maquiar” a exclusão sem enfrentar suas causas estruturais.

Por fim, a crítica de Doralice Maia (1994) ajuda a compreender a dimensão cultural e identitária dessas práticas. As ruralidades urbanas não são apenas estratégias econômicas; são também expressões de memória, pertencimento e resistência à alienação do trabalho urbano precarizado. Migrantes trazem consigo não apenas técnicas agrícolas, mas valores associados ao trabalho com a terra: autonomia, respeito aos ciclos naturais, relação direta com o fruto do próprio esforço. Em uma cidade que frequentemente nega reconhecimento aos corpos negros e periféricos, cultivar a terra torna-se um ato de afirmação de si mesmo. Essa dimensão é ignorada pelas políticas públicas, que tratam a agricultura urbana apenas como atividade técnica ou educativa, descolada de sua raiz histórica e política.

Portanto, a verdadeira superação dessa contradição exige, como lembra Lefebvre, não uma reconciliação técnica entre rural e urbano, mas a reapropriação coletiva do espaço uma luta que una o direito à cidade ao direito à terra. Enquanto Salvador continuar promovendo uma “agricultura urbana para inglês ver”, enquanto os discursos de sustentabilidade servirem para maquiar a pobreza em vez de combatê-la, as ruralidades que nascem do desespero e da resistência continuarão sendo vistas como problemas a serem resolvidos, e não como soluções coletivas a serem fortalecidas. A sustentabilidade só será real quando for justa e a justiça, em Salvador, começa pelo reconhecimento de que plantar para comer não é um hobby, mas um direito.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE E A JURISDIÇÃO

A presença de práticas rurais no tecido urbano de Salvador não pode ser compreendida apenas como fenômeno técnico ou ambiental. Ela é, antes de tudo, uma expressão contraditória da produção capitalista do espaço, tal como analisada por Henri Lefebvre (1970). Longe de representar uma harmoniosa síntese entre campo e cidade, as ruralidades urbanas revelam como o capitalismo não elimina o rural, mas o subordina, fragmenta e reinventa conforme suas necessidades de acumulação. Em Salvador, essa dinâmica se manifesta de forma desigual: enquanto o discurso oficial celebra a “sustentabilidade” e a “cidade verde”, as práticas populares de subsistência permanecem à margem das políticas públicas, expostas à precariedade fundiária, à ausência de infraestrutura e à ameaça constante de remoção.

Figura 29 – Tabela Comparativa

COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS

Critério	Vale dos Lagos	Pituba
Localização	Periferia	Bairro nobre
Apoio Público	Nenhum	Nenhum (suspensão)
Condição Fundiária	Concessão informal	Área Pública
Visibilidade	Nula	Antes alta, agora baixa
Sustentação	Esforço familiar	Voluntários e doações
Principal Ameaça	Remoção e precaridade	Especulação e abandono

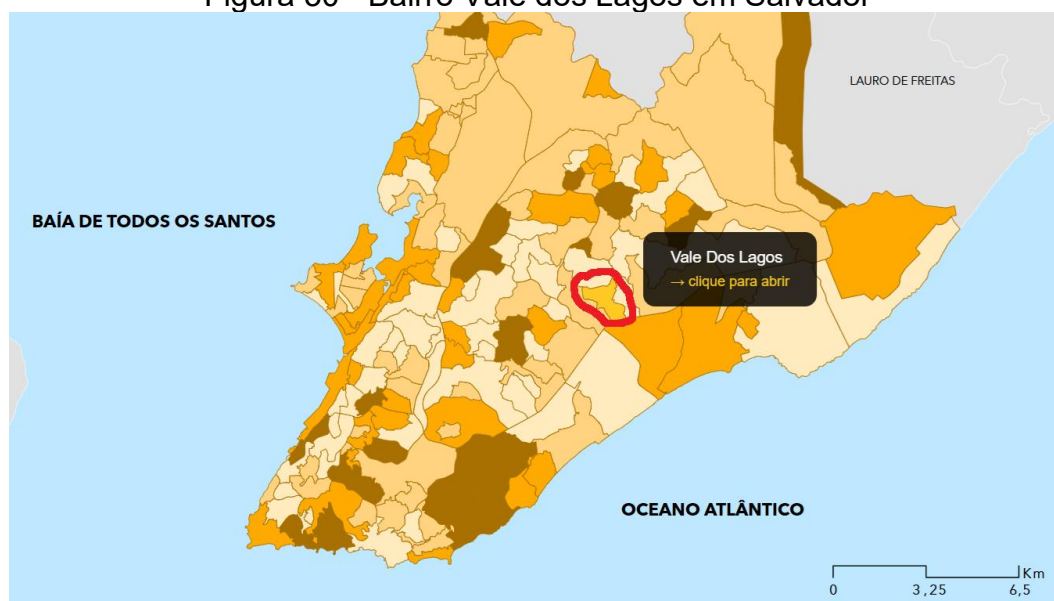
Fonte: Elaboração própria (2026)

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando se analisa a instrumentalização do conceito de sustentabilidade pela governança urbana contemporânea. Como demonstra Swyngedouw (2009), o ambientalismo atual opera dentro de uma lógica “pós-política”, na qual conflitos socioespaciais são substituídos por soluções técnicas consensuais, desprovidas de antagonismo e de questionamento às estruturas de poder. É nesse contexto que iniciativas como o Projeto Hortas Urbanas da Prefeitura de Salvador ganham visibilidade não como resposta à insegurança alimentar

estrutural, mas como símbolo de modernidade urbana, compatível com a imagem de uma metrópole competitiva e ordenada. A horta da Pituba, apesar de sua origem comunitária e impacto social comprovado, é incorporada a essa narrativa justamente por estar localizada em um bairro central, cercada por prédios de alto padrão, longe dos territórios onde a fome é uma realidade cotidiana. Sua existência serve menos para transformar as condições de reprodução social das populações vulneráveis e mais para legitimar politicamente um modelo de desenvolvimento que, na prática, ignora as periferias.

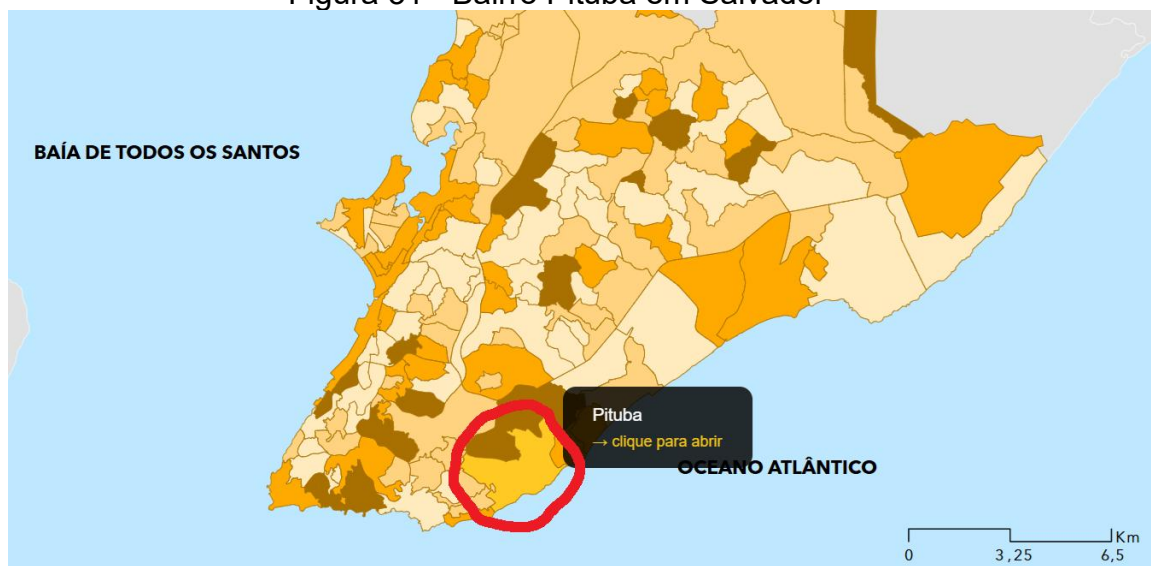
Essa seletividade espacial reflete o que David Harvey (2003) denomina “acumulação por espoliação”: um processo pelo qual o capital se apropria de recursos comuns incluindo a natureza e os saberes populares para gerar valor simbólico e diferencial, frequentemente em detrimento dos próprios sujeitos que os produzem. Assim, o “rural estetizado” vira mercadoria para elites, enquanto as verdadeiras práticas rurais de subsistência como as roças em Pau da Lima ou os cultivos no Vale dos Lagos são marginalizadas, criminalizadas ou simplesmente ignoradas. A ausência de zoneamento específico para agricultura urbana no Plano Diretor de Salvador (Lei nº 9.069/2016), aliada à falta de políticas de regularização fundiária que considerem a função social desses usos do solo, evidencia que o direito à terra urbana é negado justamente àqueles que mais dele necessitam. Enquanto isso, editais municipais contemplam quase exclusivamente condomínios fechados, reproduzindo uma geografia da exclusão em que a sustentabilidade é um privilégio de classe.

Figura 30 - Bairro Vale dos Lagos em Salvador



Fonte: Observatórios SSA (2026)

Figura 31 - Bairro Pituba em Salvador



Fonte: Observatório SSA (2026)

Essa lógica também se conecta ao conceito de “exército industrial de reserva” formulado por Marx (1867). A agricultura urbana de subsistência, longe de ser uma escolha voluntária, funciona como estratégia de sobrevivência para trabalhadores precarizados, cujos salários (ou sua ausência) não garantem a reprodução social mínima. Quando famílias cultivam alimentos em terrenos baldios ou encostas, não estão “voltando ao campo”, mas recriando meios de subsistência sob a pressão da acumulação capitalista. Essa dinâmica é particularmente visível em Salvador, cidade marcada por altos índices de desemprego, informalidade e migração forçada do interior impulsionada, como lembra Milton Santos (1993), pela expansão do agronegócio e pela concentração fundiária. A urbanização periférica, nesse sentido, repete a lógica da expropriação: populações são despojadas de seus meios de vida no campo e obrigadas a se reinventar nas franjas da cidade, muitas vezes recriando modos de produção rurais não por desejo, mas por necessidade.

A entrevista com o idealizador da horta na Pituba ilumina essa contradição de forma contundente. Apesar de operar em um bairro central, o projeto vive em estado de precariedade extrema: sem recursos financeiros, sem apoio institucional contínuo, dependendo exclusivamente de doações e do trabalho autônomo de seis voluntários. A Prefeitura, embora tenha fornecido infraestrutura mínima na fase inicial, não garante manutenção, nem protege o espaço contra a especulação imobiliária. Enquanto isso, investe milhões em praças decorativas sem função social ou ambiental. Essa assimetria

revela que a sustentabilidade promovida pelo Estado não visa à justiça socioambiental, mas à gestão simbólica da pobreza uma forma de “maquiar” a exclusão sem enfrentar suas causas estruturais.

A crítica de Doralice Maia (1994) ajuda a compreender a dimensão cultural e identitária dessas práticas. As ruralidades urbanas não são apenas estratégias econômicas; são também expressões de memória, pertencimento e resistência à alienação do trabalho urbano precarizado. Migrantes trazem consigo não apenas técnicas agrícolas, mas valores associados ao trabalho com a terra: autonomia, respeito aos ciclos naturais, relação direta com o fruto do próprio esforço. Em uma cidade que frequentemente nega reconhecimento aos corpos negros e periféricos, cultivar a terra torna-se um ato de afirmação de si mesmo. Essa dimensão é ignorada pelas políticas públicas, que tratam a agricultura urbana apenas como atividade técnica ou educativa, descolada de sua raiz histórica e política.

A verdadeira superação dessa contradição exige, como lembra Lefebvre, não uma reconciliação técnica entre rural e urbano, mas a reapropriação coletiva do espaço uma luta que una o direito à cidade ao direito à terra. Enquanto Salvador continuar promovendo uma “agricultura urbana para inglês ver”, enquanto os discursos de sustentabilidade servirem para maquiar a pobreza em vez de combatê-la, as ruralidades que nascem do desespero e da resistência continuarão sendo vistas como problemas a serem resolvidos, e não como soluções coletivas a serem fortalecidas. A sustentabilidade só será real quando for justa e a justiça, em Salvador, começa pelo reconhecimento de que plantar para comer não é um hobby, mas um direito.

A relação entre o poder público municipal e as práticas rurais no espaço urbano de Salvador é marcada por uma profunda contradição. Enquanto a Prefeitura celebra publicamente iniciativas de agricultura urbana como símbolos de modernidade e sustentabilidade, sua atuação concreta revela uma seletividade espacial e uma ausência estrutural de políticas que reconheçam a pluralidade das ruralidades urbanas. Essa dualidade não é fruto de incoerência administrativa, mas expressão de um modelo de governança urbana que valoriza a natureza apenas quando domesticada, estetizada e funcional à narrativa de cidade competitiva, enquanto ignora ou criminaliza as formas populares de produção de alimentos que emergem nas periferias como resposta à exclusão socioespacial.

A forma mais visível de apoio da Prefeitura manifesta-se por meio da Secretaria de

Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS), que coordena o Projeto Hortas Urbanas em bairros centrais como Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. Essas hortas recebem infraestrutura básica como sistemas de irrigação, compostagem e sinalização, apoio logístico da Limpurb e Seman, e ampla visibilidade em campanhas institucionais. Elas são frequentemente apresentadas como exemplos bem-sucedidos de “cidade verde”, integrando educação ambiental, segurança alimentar e convivência comunitária. No entanto, essa abordagem opera dentro dos limites do que Swyngedouw (2009) denomina “ambientalismo pós-político”: uma lógica que substitui conflitos estruturais por soluções consensuais, técnicas e despolitizadas. Ao promover a agricultura urbana apenas em zonas consolidadas e de alta renda, a Prefeitura reforça a ideia de que a sustentabilidade é um privilégio de áreas ordenadas, não um direito universal.

Essa seletividade contrasta fortemente com a realidade das práticas agrícolas em bairros periféricos como Pau da Lima, São Marcos, Jardim Cajazeiras e o Vale dos Lagos. Nessas regiões, famílias cultivam alimentos em terrenos baldios, encostas íngremes e áreas sob linhas de transmissão da COELBA, sem qualquer reconhecimento institucional, assistência técnica ou garantia de permanência. Muitas dessas ocupações ocorrem em terrenos públicos abandonados há décadas, que serviam como pontos de descarte irregular de lixo antes de serem transformados em espaços produtivos pela própria comunidade.

Apesar de cumprirem claramente a função social da propriedade produzindo alimentos, recuperando áreas degradadas e fortalecendo laços comunitários, essas práticas permanecem invisíveis para as políticas públicas. Pelo contrário, são frequentemente classificadas como “irregulares” ou “de risco” por órgãos de fiscalização urbana, sujeitas a remoções arbitrárias sem diálogo prévio ou alternativas habitacionais.

Essa assimetria não encontra respaldo em um marco legal inclusivo. O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Lei nº 9.069/2016), principal instrumento de ordenamento territorial da cidade, são notavelmente omissos em relação à agricultura urbana. Embora mencione genericamente o desenvolvimento sustentável e a articulação com políticas setoriais como a segurança alimentar (Art. 187), o plano não contém a expressão “agricultura urbana” em nenhum de seus artigos ou anexos. Não há zoneamento específico que reserve áreas para cultivo de subsistência, nem diretrizes que orientem a conversão de terrenos baldios em espaços produtivos com base na função social da propriedade (Art. 2º). Os anexos de zoneamento classificam esses vazios urbanos como

“áreas não edificadas”, sujeitas à especulação imobiliária ou à intervenção punitiva, sem considerar seu potencial socioambiental.

Essa lacuna normativa tem consequências práticas graves. Na ausência de um arcabouço legal que proteja os usos produtivos do solo, famílias que cultivam alimentos em periferias vivem em constante precariedade. Não podem reivindicar direitos sobre os terrenos que transformaram, nem acessar programas de irrigação, extensão rural ou comercialização solidária. Enquanto isso, a especulação imobiliária avança, e terrenos produtivos são frequentemente vendidos ou destinados a empreendimentos privados sem consulta às comunidades. Assim, o PDDU, embora afirme o direito à cidade em seu discurso, não oferece mecanismos efetivos para garantir o direito à terra urbana especialmente àqueles que mais dele necessitam para garantir sua reprodução social.

Torna-se evidente que a Prefeitura de Salvador trata a ruralidade urbana não como um direito fundamental, mas como um recurso simbólico. Quando serve para embelezar a imagem da cidade ou atrair investimentos, é incentivada. Quando surge como expressão de resistência popular em zonas de exclusão, é ignorada ou reprimida. Essa lógica reproduz a geografia histórica da desigualdade em Salvador, onde o acesso aos bens urbanos inclusive à terra produtiva é distribuído de forma profundamente desigual.

Para superar essa contradição, seria necessário que a gestão municipal adotasse medidas concretas e estruturantes. Isso incluiria a criação de um cadastro municipal de áreas aptas à agricultura urbana de subsistência, a instituição de programas de regularização fundiária que considerem a função social do solo, o acesso universal à água para irrigação em comunidades periféricas e a inclusão de representantes de agricultores urbanos nos conselhos municipais de segurança alimentar e desenvolvimento urbano. Mais do que celebrar hortas-piloto em bairros privilegiados, a cidade precisa reconhecer que a verdadeira sustentabilidade urbana nasce nas frestas da exclusão, onde homens e mulheres negros resistem com as mãos na terra.

Até que o PDDU seja reformulado para incluir dispositivos específicos que protejam e promovam as ruralidades urbanas em todas as suas formas, e até que a Prefeitura assuma um compromisso político com a justiça alimentar e territorial, a cidade continuará reproduzindo a mesma falácia: a de que é possível ser sustentável sem ser justo. E é justamente nessa contradição que reside o maior desafio e a maior oportunidade para repensar o futuro de Salvador como uma metrópole verdadeiramente inclusiva.

As ruralidades urbanas em Salvador não existem em um vácuo institucional. Elas estão inseridas em um arcabouço normativo mais amplo, que inclui políticas públicas federais e estaduais voltadas à segurança alimentar, à agroecologia e ao direito à cidade. No entanto, a efetividade desses marcos depende de sua tradução em políticas locais concretas, o que, no caso de Salvador, revela uma profunda desconexão entre os níveis de governo.

Em âmbito federal, o Brasil dispõe de instrumentos legais robustos que, em tese, poderiam amparar as práticas agrícolas nas cidades. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo objetivo é “garantir o direito humano à alimentação adequada”. O artigo 3º da lei define segurança alimentar como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”. Essa definição abrange claramente a produção própria de alimentos em contextos urbanos de vulnerabilidade.

Além disso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, Decreto nº 7.794/2012) incentiva práticas sustentáveis de produção em todos os territórios, incluindo áreas urbanas e periurbanas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também já contemplou, em edições anteriores, linhas de crédito para agricultura urbana, embora com baixa capilaridade nas grandes metrópoles.

No entanto, essas políticas não são automaticamente aplicáveis. Sua operacionalização depende da adesão dos municípios à governança do SISAN (por meio da criação de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar – COMSEAS) e da formulação de planos locais. Salvador possui um COMSEA, mas sua atuação tem sido limitada, com pouca influência sobre o planejamento urbano ou sobre a proteção de áreas produtivas nas periferias. Assim, os marcos federais permanecem como diretrizes não implementadas, sem tradução em ações concretas que beneficiem os agricultores urbanos de subsistência.

Em âmbito estadual, a situação é ainda mais crítica. O Estado da Bahia não dispõe de uma política específica de agricultura urbana. Embora tenha aderido à PNAPO e mantenha programas de apoio à agricultura familiar no campo (como o Bahia Produtiva), não há iniciativas voltadas às zonas urbanas. A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) focam predominantemente no meio

rural tradicional, ignorando a realidade híbrida das periferias soteropolitanas. Essa omissão estadual agrava a vulnerabilidade das práticas urbanas, pois priva os agricultores de assistência técnica, extensão rural e acesso a mercados institucionais (como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA).

Essa ausência de articulação entre as esferas se reflete diretamente na inoperância do Plano Diretor de Salvador (Lei nº 9.069/2016). Se o município contasse com apoio estadual e federal para implementar dispositivos de agricultura urbana como ocorreu em cidades como Belo Horizonte, Recife ou São Paulo, poderia ter incluído zoneamento específico, mecanismos de regularização fundiária produtiva ou parcerias com programas de segurança alimentar. Mas, diante da falta de incentivos e orientação superior, optou-se por uma abordagem simbólica e pontual, centrada em projetos-piloto em bairros centrais.

Portanto, a fragilidade das ruralidades urbanas em Salvador não é apenas um problema municipal, mas resultado de uma falha sistêmica de governança multe escalar. Enquanto o governo federal produz marcos legais progressistas sem garantir sua implementação local, e o governo estadual ignora completamente a dimensão urbana da agricultura familiar, os municípios ficam à deriva, reproduzindo lógicas de governança neoliberal que priorizam a imagem da cidade sobre a justiça socioespacial.

Essa desconexão revela um paradoxo: o Brasil possui um dos mais avançados sistemas legais de segurança alimentar do mundo, mas suas políticas não alcançam aqueles que mais precisam delas justamente porque vivem nas frestas entre o rural e o urbano, em territórios que não são plenamente reconhecidos por nenhuma das esferas de governo. Superar essa lacuna exigiria não apenas a reforma do PDDU, mas a construção de arranjos institucionais intersetoriais e Inter federativos que integrem habitação, segurança alimentar, meio ambiente e desenvolvimento urbano em torno do princípio do direito à cidade. Até lá, as mãos que plantam nas encostas de Salvador continuarão resistindo sozinhas com dignidade, mas sem direitos plenos.

A existência de práticas rurais no tecido urbano de Salvador não ocorre em um vácuo jurídico-institucional. Pelo contrário, insere-se em um arcabouço normativo que, em tese, deveria amparar sua consolidação como expressão legítima do direito à cidade e à alimentação. No entanto, a análise das políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal revela uma profunda desconexão entre os marcos legais progressistas e a realidade concreta vivida por agricultores urbanos de subsistência. Essa falha sistêmica

impede que direitos formalmente reconhecidos se traduzam em proteção efetiva, infraestrutura ou justiça socio espacial.

Em âmbito federal, o Brasil dispõe de instrumentos robustos voltados à segurança alimentar e à promoção de sistemas sustentáveis de produção. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo objetivo é “garantir o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006). O artigo 3º define segurança alimentar como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Essa definição abrange claramente a produção própria de alimentos em contextos urbanos de vulnerabilidade, especialmente quando realizada por famílias em situação de pobreza extrema.

Além disso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, decreto nº 7.794/2012) incentiva práticas sustentáveis de produção em todos os territórios, incluindo áreas urbanas e periurbanas. Embora não mencione explicitamente “agricultura urbana”, a PNAPO prevê apoio técnico, fomento à comercialização e fortalecimento de redes de economia solidária elementos diretamente aplicáveis às hortas comunitárias e roças periféricas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também já contemplou, em edições anteriores, linhas de crédito para iniciativas urbanas, embora com baixa capilaridade nas grandes metrópoles.

E esses marcos federais não são autoaplicáveis. Sua efetividade depende da adesão dos municípios à governança do SISAN por meio da criação de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEAs) e da formulação de planos locais integrados. Salvador possui um COMSEA, mas sua atuação tem sido limitada, com pouca influência sobre o planejamento urbano, o zoneamento ou a proteção de áreas produtivas nas periferias. Assim, os avanços federais permanecem como diretrizes não implementadas, sem tradução em ações concretas que beneficiem os agricultores urbanos de subsistência.

Na esfera estadual, a situação é ainda mais crítica. O Estado da Bahia não dispõe de uma política específica de agricultura urbana. Embora tenha aderido à PNAPO e mantenha programas de apoio à agricultura familiar no campo como o Bahia Produtiva, não há iniciativas voltadas às zonas urbanas. A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) focam predominantemente no meio

rural tradicional, ignorando a realidade híbrida das periferias soteropolitanas, onde migrantes expulsos do campo recriam modos de vida agrícolas como estratégia de sobrevivência. Essa omissão estadual agrava a vulnerabilidade das práticas urbanas, pois priva os agricultores de assistência técnica, extensão rural e acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Essa ausência de articulação entre as esferas se reflete diretamente na inoperância do Plano Diretor de Salvador (Lei nº 9.069/2016). Apesar de mencionar genericamente o desenvolvimento sustentável e a articulação com políticas setoriais como a segurança alimentar, o plano não contém a expressão “agricultura urbana” em nenhum de seus artigos ou anexos. Não há zoneamento específico que reserve áreas para cultivo de subsistência, nem diretrizes que orientem a conversão de terrenos baldios em espaços produtivos com base na função social da propriedade. Os anexos de zoneamento classificam esses vazios urbanos como “áreas não edificadas”, sujeitas à especulação imobiliária ou à intervenção punitiva, sem considerar seu potencial socioambiental.

A entrevista com o idealizador da horta na Pituba ilumina essa contradição de forma contundente. Apesar de operar em um bairro central, o projeto vive em estado de precariedade extrema: sem recursos financeiros, sem apoio institucional contínuo, dependendo exclusivamente de doações e do trabalho autônomo de seis voluntários. A Prefeitura, embora tenha fornecido infraestrutura mínima na fase inicial, não garante manutenção, nem protege o espaço contra a especulação imobiliária. Enquanto isso, investe milhões em praças decorativas sem função social ou ambiental. Essa assimetria revela que a sustentabilidade promovida pelo Estado não visa à justiça socioambiental, mas à gestão simbólica da pobreza.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a fragilidade das ruralidades urbanas em Salvador não é apenas um problema municipal, mas resultado de uma falha sistêmica de governança multiescalar. Enquanto o governo federal produz marcos legais progressistas sem garantir sua implementação local, e o governo estadual ignora completamente a dimensão urbana da agricultura familiar, os municípios ficam à deriva, reproduzindo lógicas de governança neoliberal que priorizam a imagem da cidade sobre a justiça socioespacial.

Essa desconexão revela um paradoxo: o Brasil possui um dos mais avançados sistemas legais de segurança alimentar do mundo, mas suas políticas não alcançam

aqueles que mais precisam delas justamente porque vivem nas frestas entre o rural e o urbano, em territórios que não são plenamente reconhecidos por nenhuma das esferas de governo. Superar essa lacuna exigiria não apenas a reforma do PDDU, mas a construção de arranjos institucionais intersectoriais e interfederativos que integrem habitação, segurança alimentar, meio ambiente e desenvolvimento urbano em torno do princípio do direito à cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada ao longo deste trabalho partiu de uma provocação aparentemente simples, mas de densas implicações políticas e teóricas: por que, em pleno século XXI, famílias em Salvador ainda precisam cultivar a terra para comer? A resposta, construída progressivamente ao longo dos capítulos, não se encontra em uma suposta vocação rural ou em escolhas identitárias alternativas, mas sim na falência estrutural das políticas públicas de habitação, emprego, segurança alimentar e planejamento urbano. As ruralidades urbanas em Salvador, longe de serem resquícios anacrônicos de um passado camponês, revelam-se como sintomas agudos de um modelo de cidade excludente, que concentra renda, especula com o solo urbano e naturaliza a precariedade como destino dos corpos periféricos.

Os achados empíricos, ancorados nas duas áreas de estudo, oferecem um retrato nítido dessa contradição. No Vale dos Lagos, a antiga propriedade Hortivas sobrevive como um território de memória e resistência, onde três famílias, remanescentes de um projeto que já envolveu vinte, mantêm um sistema agroflorestal em regime de concessão informal sob as torres da COELBA. A trajetória do casal de agricultores, migrantes do sertão de Juazeiro, revela como a expropriação no campo e a exclusão na cidade se articulam em um mesmo ciclo de despossessão. A ausência de apoio institucional após o encerramento do projeto da CHESF, a escassez de insumos orgânicos, a pressão de pragas, a insegurança fundiária e a desvalorização do produto orgânico pela comunidade local configuram um cenário de precariedade estrutural, que só não se consumou integralmente graças à resiliência e ao saber prático dos agricultores.

Em contraste, o Projeto Hortas Urbanas da Pituba, inicialmente celebrado como vitrine da "cidade sustentável" e apoiado pela Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência, também se encontra, no momento da pesquisa, em estado de abandono. O apoio institucional foi suspenso, e o projeto sobrevive exclusivamente por meio de doações e do trabalho voluntário de poucos mantenedores. Essa constatação é particularmente reveladora porque desfaz a ilusão de que a seletividade espacial das políticas públicas se expressaria apenas na diferença entre centro e periferia. Ao descartar também sua própria vitrine, a Prefeitura escancara o caráter meramente performático de sua agenda verde: a agricultura urbana é bem-vinda enquanto serve à imagem institucional, mas descartada quando exige investimento contínuo e compromisso estrutural.

A análise teórica, articulada ao longo do trabalho, permitiu interpretar esses achados para além da descrição empírica. Inspirado em Henri Lefebvre, compreende-se que o urbano não se opõe ao rural, mas o incorpora de forma contraditória, subordinando-o às necessidades de acumulação do capital. A cidade contemporânea não elimina o campo; ela o fragmenta, o estetiza e o mercantiliza, enquanto marginaliza as práticas populares de subsistência que não se enquadram no imaginário da sustentabilidade domesticada. David Harvey contribui com o conceito de acumulação por espoliação, evidenciando como o "verde" e o "rural" são apropriados como valor simbólico para gerar renda diferencial e valorização imobiliária, frequentemente em detrimento das populações que historicamente mantiveram esses espaços vivos. Erik Swyngedouw, por sua vez, oferece a chave para decifrar o ambientalismo pós-político que substitui conflitos estruturais por soluções técnicas e consensuais, despolitizando a fome e naturalizando a exclusão.

A dimensão subjetiva e identitária das ruralidades urbanas, tão bem capturada por Doralice Maia, também se fez presente nas narrativas dos entrevistados. O cultivo da terra, para o casal da Hortivas, não é apenas uma estratégia econômica, mas um ato de afirmação de si mesmos, de manutenção de memórias e de resistência à alienação do trabalho urbano precarizado. O desejo de retornar ao interior ao se aposentarem, não para produzir em larga escala, mas para cultivar um pequeno sítio como terapia e conexão com a terra, revela que a agricultura transcende a esfera da necessidade para assumir contornos de bem-estar, identidade e realização pessoal. Essa dimensão é sistematicamente ignorada pelas políticas públicas, que tratam a agricultura urbana apenas como atividade técnica ou educativa, descolada de suas raízes históricas e políticas.

As implicações dessa pesquisa para as políticas públicas são inequívocas. O Plano Diretor de Salvador, principal instrumento de ordenamento territorial, não menciona sequer a expressão "agricultura urbana", deixando um vazio normativo que condena as práticas de subsistência à informalidade e à vulnerabilidade. A ausência de zoneamento específico, de mecanismos de regularização fundiária e de programas de assistência técnica e acesso à água revela que o direito à terra urbana é negado justamente àqueles que mais dele necessitam para garantir sua reprodução social. Enquanto isso, os marcos legais federais, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e a Política Nacional de Agroecologia, permanecem como diretrizes não implementadas, sem capilaridade nas periferias soteropolitanas. O Estado da Bahia, por sua vez, não dispõe de qualquer política específica

de agricultura urbana, aprofundando a desarticulação multiescalar que inviabiliza a proteção dessas práticas.

Diante desse cenário, a superação das contradições reveladas exige medidas concretas e estruturantes. A reformulação do Plano Diretor para incluir a agricultura urbana como uso legítimo e protegido do solo é passo fundamental. A regularização fundiária das áreas produtivas, o acesso universal à água para irrigação, a criação de programas municipais de assistência técnica e a inclusão de representantes dos agricultores nos conselhos de segurança alimentar e planejamento urbano são ações igualmente urgentes. Mais do que isso, é necessário reconhecer que a agricultura urbana de subsistência não é uma atividade complementar ou assistencial, mas uma expressão legítima do direito à cidade e à alimentação, tal como previsto na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

É preciso também enfrentar a lógica simbólica que transforma a sustentabilidade em privilégio de classe. Enquanto a Prefeitura investir milhões em praças decorativas sem função social, enquanto as hortas forem celebradas apenas quando domesticadas e estetizadas, enquanto as periferias continuarem sendo tratadas como áreas de desordem a serem removidas, a cidade reproduzirá as mesmas desigualdades que tornam necessária a resistência com as mãos na terra. A verdadeira sustentabilidade urbana não se constrói com vitrines, mas com justiça socioambiental, com o reconhecimento de que plantar para comer é um direito fundamental, não um hobby ecológico.

Este trabalho, evidentemente, não esgota a complexidade do fenômeno investigado. Limitações metodológicas, como o recorte temporal restrito e a concentração em apenas duas áreas de estudo, abrem espaço para futuras pesquisas que possam ampliar o escopo geográfico, incluir outras modalidades de ruralidade urbana, como quintais produtivos e feiras livres, e aprofundar a dimensão de gênero, raça e geração nas práticas agrícolas em Salvador. Também seria relevante investigar os circuitos curtos de comercialização e as redes de economia solidária que emergem dessas experiências, bem como os conflitos fundiários e as respostas institucionais a eles.

As ruralidades urbanas em Salvador são expressões contemporâneas da luta por dignidade, que desafiam a narrativa hegemônica do desenvolvimento urbano e reafirmam o direito à terra e à alimentação como componentes indissociáveis do direito à cidade. Reconhecer essas práticas, fortalecê-las e protegê-las não é apenas uma questão de

justiça distributiva, mas de construção de uma metrópole verdadeiramente democrática, onde todos os habitantes, especialmente aqueles expulsos do campo e excluídos da cidade, possam viver com autonomia, memória e esperança. A cidade que não reconhece o direito de plantar para comer é uma cidade que nega a vida. E contra essa negação, as mãos que cultivam a terra nas frestas do asfalto seguem resistindo, como testemunho silencioso, mas firme, de que outro modo de habitar a cidade é possível.

6. ANEXOS

Modelo de entrevistas

Idade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados da Propriedade:

Nome da área:

Localização (cidade, estado):

Tamanho da área (m²):

Condição do produtor: Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Meeiro () Outro:

Principais Atividades Desenvolvidas na área:

Quais são os principais obstáculos ou resistências enfrentadas devido à prática rural em uma área urbana?

Como a infraestrutura urbana influencia a prática agrícola na área?

Qual o destino da produção?

Como são recebidos os produtos cultivados ou produzidos pela comunidade local urbana?

Existem estratégias específicas para educar ou engajar os moradores urbanos sobre a agricultura e seus benefícios?

Como você vê o futuro da agricultura urbana na região onde está localizada a área?

Existe mais algum desafio relacionado a essa produção?

Qual é a importância de promover a conscientização e a aceitação da agricultura urbana na comunidade local?

Existe um anseio de um retorno à área rural caso exista a possibilidades?

7. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Stella Maris; BRANDÃO, Carlos Antônio. Geografia de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>.

CURSO A TARDE JORNALISMO. Hortas urbanas geram emprego e renda em bairros de Salvador. Medium, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://medium.com/@cursoatardejornalismo/hortas-urbanas-geram-emprego-e-renda-em-bairros-de-salvador-af19c1c7a9c2>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOULD, Kevin A.; LEWIS, Teresa L. Green gentrification: urban sustainability and the struggle for environmental justice. New York: Routledge, 2017. p. 112–118.

GOOGLE. Google Earth Pro: versão 7.3.6.9345. Software. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/earth/versions/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013 [2003].

HARVEY, David. Os limites do capital. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

Hortas urbanas em Salvador unem agroecologia, combate à fome e resgate da ancestralidade. Brasil de Fato, Salvador, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/06/hortas-urbanas-em-salvador-unem-agroecologia-combate-a-fome-e-resgate-da-ancestralidade/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1970].

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MAIA, Doralice Sátyro. O campo na cidade: necessidade e desejo: um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB. 1994. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/123456789/111483/1/MAIA_Doralice_Satyro.pdf. Acesso em: maio 2023.

MAIA, Doralice Sátyro. Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12092006-151440/>. Acesso em: 04 maio 2026.

SÁTYRO MAIA, Doralice; HERMI ZAAR, Miriam. Permanências e transformações das práticas rurais nos "espaços urbanos" de João Pessoa e de Natal/Brasil. *Revista Espaço e Geografia*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 38–63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40265>. Acesso em: abr. 2023.

Salvador implanta hortas comerciais agroecológicas. *CicloVivo*, 23 out. 2024. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/salvador-implanta-hortas-comerciais-agroecologicas/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SANTANA, Jéssica de Jesus Garcia; ROCHA, Kayane (Barbara Amalia Cruz da Rocha); BARROSO, Aline Maria Costa. Pau da Lima. Observatório de Bairros Salvador, Salvador, 11 out. 2024. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/pau-da-lima>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em: 04 maio 2026.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; BITTENCOURT, Gilson; BRANDÃO, Carlos Antônio. *Geografia e sociedade: ensaios em homenagem a Milton Santos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SWYNGEDOUW, Erik. The antinomies of the postpolitical city: in search of a democratic politics of environmental production. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, n. 3, p. 601–620, set. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x>.